**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 10ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião realizada em 19 de abril de 2012, às nove horas e quarenta e sete minutos, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES);** das Senhoras Deputadas: **Professora Dorinha Seabra Rezende; Gorete Pereira (PR/CE); Keiko Ota (PSB/SP); Sueli Vidigal (PDT/ES); Carmem Zanotto (PPS/SC); Dalva Figueiredo (PT/AP); Luci Choinacki (PT/SC); Bruna Furlan (PSBD/SP); Rosinha da Adefal (PTdoB/AL)** e **Rosane Ferreira (PV/PR);** dos Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR); Eduardo Azeredo (PSDB/MG).** Esteve presente, ainda, aSenhora Deputada Federal não-membro da Comissão: **Iracema Portella (PP/PI).** Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP); Lídice da Mata (PSB/BA); Ângela Portela (PT/RR); Vanessa Grazzition (PCdoB/AM); Lúcia Vânia (PSDB/GO) e Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**; o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO); Teresa Surita (PMDB/RR); Rebecca Garcia (PP/AM) e Célia Rocha (PTB/AL).** Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com os seguintes convidados: Helvécio Miranda Magalhães Junior, Representante do Ministério da Saúde; Fábio Meirelles Hardman de Castro, Representante do Ministério da Educação; Cristina Villanova, Representante do Ministério da Justiça.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Bom dia a todos e a todas. A Casa hoje tem uma intensa agenda. Teremos a escuta da representação dos Ministérios, mas também estarão presentes nesta Casa os governadores, que discutem os desafios do equilíbrio tributário e financeiro, e nossos Parlamentares terão de estar presentes. Também será instalada, neste dia, a CPI do Cachoeira. Também teremos companheiras que integram a CPI.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público, com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei, para proteger as mulheres em situação de violência.

Teremos, nesta reunião, a oportunidade de a Relatora fazer uma breve apreciação da primeira audiência pública realizada no Estado de Pernambuco.

Chamamos para usar da palavra, como representante do Ministério da Justiça, a Drª Cristina Villanova. Pedimos, desde já, que tomem assento à Mesa. Os demais representantes do Ministério serão chamados sucessivamente. Registro que o representante do Ministério da Justiça, por uma alteração de agenda da própria Comissão, teve que se atrasar um pouco, embora tenha informado que tem o maior interesse em fazer seu depoimento.

Antes de dar a palavra à Drª Cristina Villanova, vamos passar a palavra a nossa Relatora, Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Bom dia, Presidenta, Deputada Jô Moraes, bom dia a todas as Deputadas aqui presentes, quero iniciar agradecendo a presença da Drª Cristina Villanova, representante do Ministério da Justiça, que atendeu ao nosso convite para que possamos, aqui, fazer o diálogo no sentido de conhecer melhor as políticas públicas implementadas no âmbito do Ministério da Justiça que atendem às mulheres vítimas de violência.

Gostaria, Drª Cristina, inicialmente, de levantar algumas preocupações que são recorrentes nas nossas reuniões, nas nossas audiências, que considero importantes serem apreciadas e debatidas por V. Sª. Algumas dessas questões, é claro, são preocupações iniciais. Com certeza, o Ministério da Justiça poderá falar de uma forma muito mais ampla, mas são preocupações iniciais que levantamos aqui.

Uma das questões, Drª Cristina, é em relação às mulheres em situação de prisão. Este é um assunto que já foi levantado em uma das nossas reuniões, em uma das nossas audiências públicas. Portanto, gostaria muito de saber, enquanto Relatora, quais são as políticas específicas para as mulheres no campo da saúde sexual e reprodutiva, considerando que as mulheres que estão em situação de presídio também apresentam, com certeza, problemas sérios de saúde. Gostaríamos de saber qual é a avaliação do Ministério da Justiça.

Também com relação à educação das mulheres, como isso tem se dado, qual é a avaliação, quais são as políticas que o Ministério da Justiça identifica que estão acontecendo nos Estados ou, se não estão acontecendo, por que razão não estão acontecendo.

A superlotação, as celas separadas para mulheres. Temos informações, inclusive os meios de comunicação já noticiaram em determinados momentos, de que em alguns lugares mulheres estão presas juntamente com homens. É uma situação que nós não podemos permitir. Gostaríamos muito que o Ministério da Justiça também se pronunciasse com relação a isso.

No que se refere ao cumprimento da Lei Maria da Penha, nós gostaríamos muito de saber quais são os recursos destinados pelo Ministério da Justiça para o cumprimento da Lei da Maria da Penha e quais são as medidas para contribuir na resolução dos crimes de estupro. Nós sabemos que estes crimes também são recorrentes, tem acontecido de forma muito frequente nas cidades brasileiras. Quais são as medidas que têm sido adotadas ou que poderão ser adotadas, mas, em particular, quais são as medidas que estão sendo adotadas nestes casos?

É apenas uma provocação, Drª Cristina – com certeza, o Ministério da Justiça vai abordar essa temática de forma muito mais ampla –, mas essas preocupações que eu levanto nesse momento são em função de que tem sido recorrente o levantamento desses pontos nas reuniões que temos realizado. Só para iniciar, levanto essas questões para o Ministério da Justiça. Posteriormente, assim que nós formos ouvir o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, farei também os próximos questionamentos.

Era isso, Srª Presidenta.

Obrigada à Drª Cristina por estar aqui conosco atendendo o nosso convite.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada Senadora.

Eu queria avisar à Drª Cristina que ela disporá de até 15 minutos, lembrando que, como o tempo é curto, aguardaremos o envio de um relatório por escrito, que será anexado aos Anais da Comissão, dada a exiguidade de tempo e, evidentemente, a impossibilidade de expor na sua plenitude toda ação. Por isso, nós vamos ter a exposição dos aspectos centrais da política do Ministério da Justiça.

Com a palavra a Drª Cristina.

**A SRª CRISTINA VILLA NOVA** – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer o convite ao Ministério da Justiça para a gente poder um pouco apresentar as ações que a gente desenvolve no âmbito do enfrentamento da violência contra a mulher. Queria agradecer à Deputada Jô e à Senadora Ana Rita pelo convite ao Ministério.

Primeiro eu queria só informar que trabalho na Secretaria Nacional de Segurança Pública há nove anos e que trabalhei muitos anos na Coordenação das Ações de Prevenção a Violência e Criminalidade. Hoje sou Diretora do Departamento de Políticas, Programas e Projetos.

O Ministério, de forma geral, tem vários departamentos e secretarias que atuam com projetos específicos, de acordo com a competência de cada uma das áreas no enfrentamento à violência contra a mulher. No caso específico da Secretaria Nacional de Segurança Pública, temos ações principalmente voltadas à formação dos profissionais de Segurança Pública na área do atendimento às mulheres em situação de violência. Policiais civis e militares, guardas municipais e bombeiros muitas vezes são chamados para o atendimento de mulheres em situação de violência. Então, elaboramos em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres um curso específico que fica disponível em nossa rede de ensino a distância.

Não sei se vocês conhecem, mas a Secretaria Nacional tem uma rede própria de ensino a distância, com uma plataforma própria também do MJ. Oferecemos três ciclos anuais com aproximadamente duzentas mil vagas, e o curso para atendimento à mulher em situação de violência é um deles. Além disso, a gente apoia também cursos presenciais. Na nossa matriz curricular para formação dos profissionais de Segurança Pública constam os recortes de gêneros, assim como o sistema de direitos humanos e enfrentamento à discriminação racial, entre outros.

Também trabalhamos durante vários anos com o fortalecimento das delegacias especializadas de atendimento à mulher. Temos uma pesquisa sobre o perfil dessas delegacias para se conhecer quem são os profissionais que nelas trabalham, qual é a formação que os Estados disponibilizaram para os profissionais que atuam nelas, quais são os equipamentos que são necessários para prestar um atendimento de qualidade às mulheres em situação de violência. Houve a criação de unidades especializadas nas delegacias que não são especializadas para atendimento a mulheres em situação de violência.

A Senasp, desde 2003, possui um acordo de cooperação com a Secretaria de Políticas para as Mulheres para que a gente possa trabalhar, a partir da expertise que esta Secretaria possui e da nossa, na área de Segurança Pública para questões de gênero.

Ainda no âmbito da Senasp, nós trabalhamos um projeto denominado Mulheres da Paz, que tem por objetivo capacitar mulheres, lideranças comunitárias, para identificar, nas comunidades, outras situações de violência doméstica e de gênero e, a partir daí, trabalhar a sensibilização, a orientação a essas mulheres de quais são os serviços que elas podem procurar para a sua proteção.

Agora, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, está ocorrendo uma reunião com a presença do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria de Política para as Mulheres, da Senasp, e também da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para analisar as ações que estão sendo desenvolvidas, avaliar os convênios que já foram celebrados e o resultado deles, assim como qualificar o trabalho que a gente vem desenvolvendo com essas mulheres.

No Ministério da Justiça, a Secretaria de Reforma do Judiciário trabalha especificamente na criação de núcleos especializados nas Defensorias Públicas e no Ministério Público para o tema da questão da violência contra a mulher e na criação também de varas especializadas. Eles realizam vários cursos de capacitação com os Defensores Públicos e apoiam financeiramente, inclusive, a criação desses núcleos.

No âmbito do Depen, obviamente, acho que a maior preocupação que a Senadora Ana Rita passou é a questão das mulheres em situação de prisão, mas a gente também tenta trabalhar os temas voltados à educação, à reintegração social e aos direitos reprodutivos. Não trouxemos aqui um documento detalhado acerca das ações dos investimentos que a Senasp trabalha, mas, desde o ano passado, o Depen está trabalhando especificamente para reduzir o déficit carcerário e, com isso, obviamente, proteger as pessoas em situação de prisão, de acordo com as suas peculiaridades. Essa tem sido a meta principal do Depen. É claro que a gente sempre depende dos projetos. Às vezes o recurso existe, mas é necessário que os Estados encaminhem seus projetos. Às vezes as comunidades rejeitam o local adequado para essas construções. Então, tem que se aprovar, no plano diretor do município, a existência de um local adequado, com possibilidade inclusive para as próprias famílias das pessoas em situação de prisão fazerem o atendimento e o acompanhamento do seu familiar.

Com relação à questão do enfrentamento aos crimes de gênero, especificamente, tanto estupro quanto homicídios, o Ministério da Justiça, de forma mais interdisciplinar, não só na Senasp, mas também junto à SRJ, vem trabalhando, junto com a Casa Civil da Presidência, um programa específico para o enfrentamento à criminalidade violenta. Um dos aspectos principais é fortalecer a investigação policial e conseguir aparelhar e capacitar os peritos e os institutos médicos legais para produzir uma prova mais qualificada para a identificação da autoria. O objetivo é conseguir um resultado mais positivo na responsabilização dos autores de violência, em especial contra a mulher. Esse sempre foi um dos focos do Ministério da Justiça. O Ministro tem um comprometimento especial, e já teve mais de uma vez em audiência com a Secretária de Políticas para as Mulheres, e reafirma, na orientação que nós temos para trabalhar na Secretaria, que o tema voltado para o enfrentamento à violência doméstica e de gênero, é imprescindível dentro das nossas ações no Ministério da Justiça. Então, a qualificação da investigação e a produção de uma prova mais qualificada vão ser duas das nossas metas principais a partir desse ano de 2012.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Ok!

Nós vamos abrir para as Parlamentares. Pela lista de inscritos que deverá chegar até mim, a primeira, eu vi, é a Deputada Iracema Portella, lembrando que está a caminho o representante do Ministério da Educação e o Dr. Helvécio, do Ministério da Saúde, que tinha uma audiência e estaria aqui às 10h.

Com a palavra a Deputada Iracema Portella.

**A SRª IRACEMA PORTELLA** (PP – PI) – Eu gostaria de cumprimentar a nossa Presidente Jô Moraes, a Deputada Keiko Ota, Vice-Presidente, a Relatora Senadora Ana Rita e a nossa convidada Cristina Villa Nova, pelos esclarecimentos dado nesta audiência pública.

Presidente, eu gostaria de propor a essa CPMI a realização de uma audiência pública em Teresina, no Piauí. Eu tenho acompanhado atentamente o trabalho desta Comissão, que é de extrema importância para o enfrentamento da violência praticada contra as mulheres brasileiras, e sei que a CPMI está promovendo audiências públicas em diversos Estados da federação. Gostaria de fazer um apelo para que também seja realizado esse encontro no Estado do Piauí. As mulheres piauienses já estão mobilizadas em torno dessa questão e nos pediram que a CPMI fosse a Teresina para fortalecer esse debate, ajudando, assim, os movimentos sociais e os órgãos governamentais a buscar soluções para aprimorar a implementação da Lei Maria da Penha e melhorar as políticas públicas de proteção aos direitos femininos.

Como acontece em outros lugares do Brasil, no nosso Estado, infelizmente, todos os dias ocorrem agressões contras as mulheres, e muitas vezes agressões fatais. Então, precisamos, portanto, reforçar essas ações voltadas para as mulheres.

Gostaria de me deixar à inteira disposição desta Comissão para ajudar na organização dessa audiência pública no meu Estado.

Muito obrigado, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada...

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Srª Presidente...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pois não, Deputado Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Ainda sobre o assunto audiências publicas, quero só lembrar que vamos ter na sexta-feira que vem uma audiência em Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa. Nossa Presidente Jô Moraes estará presente, evidentemente, na nossa terra. Seria importante que todos os presentes, incluindo o Deputado Rosinha, pudessem estar em Belo Horizonte, na sexta-feira, pela manhã.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha. Em seguida, a Deputada Gorete e a Deputada Rosane.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Por gentileza.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – É que alguém está boicotando. Não sou eu, porque estou apertando o botão aqui. A luz acende e depois apaga.

Na sua exposição, Cristina, você disse a respeito do Programa Mulheres da Paz, que atua nas comunidades no sentido da construção da paz, sem a violência, e pelo fim da violência contra a mulher. Quem executa esse tipo de programa nos Estados? É uma execução direta pelo Estado, com recursos federais, ou há um repasse para ONGs – organizações não governamentais? Qual é o resultado obtido, se tiver como comparar, entre um e outro?

A segunda questão é qual a capacidade do Ministério da Justiça na obtenção de dados sobre o número da violência. Eu acho que isso é muito importante. O nosso Ministério tem ou não a capacidade de, nacionalmente, ter esse acompanhamento. Especificamente na questão da mulher presa, da que está no cárcere, qual é a principal causa da prisão? Outro dia, um estudante de Direito me procurou, sabendo que eu estava na CPMI, para dizer que hoje, em Curitiba, já condenadas, mas nas cadeias também, a principal razão de prisão das mulheres é o tráfico de drogas. Quero saber qual é o dado, qual é o número disso. E qual é o número – se há como medir, não sei se o Ministério tem como medir esse número – de mulheres que estão presas hoje em cadeias. E depois qual é o número de mulheres em penitenciárias, cumprindo pena, porque aí já estão numa situação diferenciada. Números absolutos em relação à população feminina e percentual em relação à população masculina.

A última pergunta: quando vocês dizem que trabalham com a reinserção, eu sei que o Ministério da Justiça tem o programa de reinserção, mas não é ele que executa. Quais são esses tipos de programa e também quem executa e qual é o resultado obtido nisso. Como aqui, mais especificamente, o tema é sobre mulheres que estão presas, e eu sei que para uma mulher presa a própria razão da prisão ou o próprio relacionamento dentro da prisão pode ser uma relação de machismo, uma vez que a instituição é machista, porque a maioria de seus diretores são homens, então eu quero ouvir a opinião da nossa convidada Cristina sobre os temas.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputado Dr. Rosinha.

Com a palavra a Deputada Gorete.

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE) – Eu queria também cumprimentar a nossa Presidenta, Jô; a Ana Rita, Relatora; o nosso Vice-Presidente e todas as mulheres e homens parlamentares aqui presentes, bem como a nossa convidada.

Eu quero perguntar à Cristina se existe algum programa de planejamento dentro do Ministério da Justiça que possa dizer o período que essas mulheres estão ficando presas, muitas vezes sem receberem um advogado direto da Defensoria Pública. Elas ficam um período de tempo muito grande lá, fazendo uma falta enorme aos outros filhos, em casa.

Pergunto se não haveria um programa de privilégio até de julgamentos, para que elas pudessem, com mais rapidez, ser julgadas. Ou, se vão continuar presas, que aquelas que apresentaram delitos mais amenos possam ser liberadas mais rapidamente, por causa dos filhos, que estão em casa e que muitas vezes ficam totalmente sem pai e sem mãe.

A segunda pergunta é para realmente saber quais são os cursos que elas poderiam fazer. Lá no Ceará... Sem até antes falar que o Ministério da Justiça precisava ter um relatório para saber da divisão das celas. Eu acho que isso a gente já tem trabalhado e já trabalhou, independentemente, nos Estados, de CPMI, para que elas tivessem a cela delas. Muitas vezes não tinham banheiro. Muitas vezes havia creche dentro da cadeia, para ser feito esse trabalho. E essas inserções muitas vezes passavam pelos cursos de formação, alfabetização, depois o curso de informática, coisas que realmente pudessem dar uma visão diferenciada. Porque estavam levando cursos de costura, de culinária, esse tipo de coisa que já é muito peculiar da mulher e da sua aptidão normal. Então, essas duas coisas fariam com que elas pudessem se inserir mais no mercado de trabalho fora, não esses cursos corriqueiros que querem sempre deixar impregnado que seriam os cursos fundamentais para a mulher.

Eu gostaria de saber disso e do tempo. Esse tempo de duração é importante. E a rapidez que a gente poderia dar aos processos das mulheres que estão presas, para que a gente pudesse resolver com mais facilidade.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Gorete.

Com a palavra a Deputada Rosane.

**A SRª ROSANE FERREIRA** (PV – PR) – Na verdade, eu me inscrevi na fala da Deputada Iracema para dizer que, a pedido da Deputada, já nas primeiras reuniões desta Comissão, Senadora Ana Rita, eu protocolei um ofício solicitando audiência pública no Piauí, o que foi aprovado por esta Comissão. Quero, então, colaborar com seu depoimento e dizer que teremos muita honra de estar no seu Estado, discutindo. Precisamos fazer política para todas as mulheres, para todas as mulheres brasileiras.

Vou declinar o resto da minha palavra, pois fui parcialmente contemplada pelos questionamentos do Deputado Rosinha, que me antecedeu, e quero ouvi-la até as 10 horas e 30 minutos.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes PCdoB – MG) – Deputada Gorete.

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE) – Como o meu requerimento para o Ceará tinha sido aprovado também, e eu estava querendo uma convidada, poderíamos fazer uma pré-marcação para o dia 2 de agosto, uma quinta-feira. Eu gostaria que fosse mantida essa data, porque a Assembleia Legislativa do Estado já está também com essa previsão.

Obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha.

**A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** (DEM – TO) – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar a Deputada Jô Moraes, a Relatora, Senadora Ana Rita, a Keiko e a representante do Ministério.

Na verdade, eu queria colocar um incômodo e uma pergunta em relação à questão do atendimento em relação à mulher.

No caso das mulheres, como Secretária de Educação, tínhamos um projeto de educação no sistema prisional. Normalmente, o atendimento à mulher era extremamente periférico. A estrutura de atendimento, seja temporária ou não, nas cadeias provisórias, não tinha um sistema próprio. A questão da educação para nós é estratégica para a mulher por várias situações, inclusive por ser uma forma de garantir realmente uma reinserção, a possibilidade de ressocialização, mas sabemos que a estrutura é precária, que não oferece condição de segurança para a escola acontecer. A formação da mulher faz uma diferença também na sua família, na possibilidade de formação de seus filhos. Então, eu queria saber se tem uma ação mais concreta com o Ministério da Educação para esse atendimento. É possível levar a experiência da educação básica, inclusive da educação superior, dentro da estrutura, mas, se a gente não tiver um olhar diferenciado, isso não se concretiza pela falta de estrutura.

Também em relação ao atendimento, as delegacias, as estruturas, no meu Estado, por exemplo, que é Tocantins, fecham às sextas-feiras, às 18h. Os processos relativos à mulher ficam na fila, esperando o atendimento. Queria saber se existe alguma ação nessa tentativa de fortalecimento para garantir maior agilidade.

Na pergunta em relação à área da educação, refiro-me não só à educação básica. Recentemente, o Governo aprovou o Pronatec, que é um programa de formação profissional, e, se houvesse uma ação direcionada, acho que a gente poderia garantir oportunidade real de ressocialização e de reeducação.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Daqui a pouco nós passaremos a palavra para o próximo.

Drª Cristina, temos um desafio muito grande nessa área: precisamos de algum órgão, alguma instituição que centralize as informações, os números, os dados dos crimes de gênero. Temos fragmentado, em cada órgão, em cada instituição, em cada âmbito governamental, números e números absolutamente insuficientes. Na reunião preparatória, em Minas, uma das delegadas disse ter receio de que, ao final da CPMI, nós encontremos números menores do que os que efetivamente divulgados. É possível o Ministério da Justiça, e em que nível e em que grau, centralizar informações sobre os crimes de gênero?

Outra pergunta seria a respeito do Mulheres da Paz, mas fui contemplada com o Deputado Dr. Rosinha.

Na sua exposição, a senhora falou que o Ministério da Justiça investe bastante nos órgãos básicos de investigação, nos Institutos Médicos Legais, nos órgãos que possam estabelecer o que poderia se chamar de porta de entrada para agilizar os processos de definição dos responsáveis pelos crimes. É esse o foco de atuação do Ministério da Justiça nos crimes de gênero?

E a quarta: quais são os principais programas, V. Exª falou rapidamente, que o Ministério da Justiça dá prioridade em relação aos crimes de gênero?

Com a palavra para as suas respostas. *(Pausa.)*

Apenas um instante. A Senadora gostaria de retomar a palavra para depois passar.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Só dando um encaminhamento à solicitação da Deputada Rosane e da Deputada Iracema, o nosso plano de trabalho previu que fizéssemos um cronograma dos Estados a serem visitados, com a realização de audiências públicas, considerando o mapa da volência do Instituto Sangari. Estamos priorizando, neste primeiro momento, os dez Estados que apresentam maior índice de violência contra as mulheres e os Estados com uma população mais expressiva. Diante disso, em relação ao Estado do Piauí, poderemos contemplá-lo, sim, o requerimento já foi aprovado, mas não será prioridade neste primeiro momento. Só para tranquilizar a Deputada Iracema e a Deputada Rosane, será contemplado, sim, mas a prioridade é dos Estados que apresentam os maiores índices de violência. O Estado do Piauí é o 27º, portanto, o último em número de violência contra as mulheres, de acordo com o mapa da violência.

Quero, aqui, aproveitar para informar quais são as audiências públicas já confirmadas e as que estamos agendando. As que estão confirmadas são Pernambuco, que já realizamos no dia 16; Minas Gerais, dia 27 de abril; Santa Catarina, dia 4 de maio; Rio Grande do Sul, dia 7 de maio; Espírito Santo, dia 11 de maio; e o Estado do Amazonas, dia 25 de maio. Em relação aos Estados de São Paulo, Alagoas, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraná, estamos construindo essa agenda em comum acordo com as parlamentares e também de acordo com a realidade local.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Com a palavra, a Drª Cristina.

Só complementando, os critérios do Mulheres da Paz: o que leva à existência desse processo e o seu monitoramento.

V. Exª disporá de até cinco minutos.

**A SRª CRISTINA VILLA NOVA** – Primeiro, o Ministério da Justiça não executa diretamente nenhuma dessas ações. Não somos um órgão direto executor. Trabalhamos sempre com repasse de recursos, preferencialmente para as unidades da Federação ou para os executivos, tanto os estaduais quanto os municipais, e, em alguns casos, para consórcios públicos que são formados por municípios que, às vezes, compõem o Estado, mas, normalmente, apenas por municípios. No Paraná, eu mesma sei que temos um consórcio na região de Londrina, formado, se não me engano, por três ou quatro municípios. Então, quem executa os projetos do Mulheres da Paz são as prefeituras municipais, prioritariamente, porque pensamos que elas tenham maior condição de identificar e de fazer a inter-relação que é necessária no projeto, junto com as Secretarias de Assistência Social, de Saúde, de Educação, porque os cursos são multi e interdisciplinares para essas mulheres desenvolverem o seu trabalho.

Eu estava comentando aqui com a Deputada Vice-Presidente da Comissão que elas também têm o papel de identificar, junto às suas comunidades, jovens que estejam em situação de vulnerabilidade e outras situações de violência doméstica e de gênero, para poder encaminhá-los para um outro projeto que é desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Protejo, que é o Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável. O objetivo é podermos estabelecer, nessas comunidades que estão em situação de maior vulnerabilidade à violência e à criminalidade, ações que possam prevenir e reduzir crimes e violência.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Não são só crimes de gênero.

**A SRª CRISTINA VILLA NOVA** – Não é só com a violência doméstica de gênero que elas trabalham, mas também com a identificação de jovens que estejam em situação de vulnerabilidade criminal para encaminhá-los para outros projetos. Trabalhamos com esse projeto desde 2008. Estamos em um processo de avaliação, porque, na verdade, como é um projeto muito novo, os Entes federados têm dificuldade de apresentar os resultados das ações que vêm executando. Temos feito visitas, tanto aos Estados quanto aos municípios. A própria reunião desse grupo de trabalho que criamos tem por objetivo estabelecer um processo de melhor monitoramento dos resultados. Mas já colhemos que o apoderamento dessas mulheres tem sido tão efetivo que muitas delas se propõem a desenvolver o projeto Mulheres da Paz sem o pagamento da bolsa que efetivamente realizamos para elas. Elas recebem capacitação, ficam, durante um ano, no projeto e, depois, querem continuar, porque há uma série de ferramentas que as ajudam a ser, efetivamente, uma liderança nessas comunidades. Alguns municípios também têm um sucesso tão grande nessa mobilização comunitária, no trabalho que as mulheres desenvolvem na prevenção da violência e da criminalidade, que têm incorporado o projeto na sua municipalidade, ou seja, o próprio Município trabalha com o pagamento das bolsas para essas mulheres continuarem desenvolvendo as suas atividades.

Um dos desafios que vimos trabalhando com a SPM e que também é foco desse grupo de trabalho é como podemos encaminhar, no pós Mulheres da Paz, essas mulheres para continuar suas atividades, vinculadas, em especial, aos Centros de Referência e Atendimento à Mulher, no conhecimento da rede de serviços, para que possam ser instrumentos desses equipamentos públicos para o encaminhamento de mulheres em situação de violência, porque penso que elas têm uma entrada muito maior. Existe uma resistência das mulheres, uma dificuldade de acessar os serviços públicos, pelo preconceito, pelo medo. Creio que o trabalho delas tem sido muito efetivo para, ao longo do tempo, sensibilizar essas mulheres e ajudá-las a buscar, concretamente, uma proteção.

Infelizmente, deparamo-nos também com situações em que as mulheres da paz acabam deixando o programa por pressão dentro das suas casas, porque, é óbvio, elas têm a situação que vivem dentro de casa, como donas de casa, e acabam se apropriando de conhecimentos que levam para sua rotina. Muitas delas, às vezes, sofrem pressão dos maridos ou da família para abandonar o projeto. Temos buscado discutir como reverter, efetivamente, essa situação e protegê-las também de situações para que não acabem se tornando vítimas de violência doméstica.

Com relação à nossa capacidade de obtenção de dados, no Ministério da Justiça, desde 2004, temos o Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal, SINESPJC. Por esse sistema, fizemos uma avaliação, em todos os Estados, da forma como eram registrados os crimes e, por incrível que pareça, às vezes, o mesmo crime tem dez formas diferentes de registro, o que faz com que tenhamos que ter uma identificação. Os Estados, no entanto, não são obrigados a nos dar essas informações. Por quê? Porque acaba sempre, quando publicamos ou quando temos esse levantamento, havendo um “ranqueamento” dos Estados em situação de violência e criminalidade. Por isso, alguns Estados não nos mandam essas informações, mas, para nós, é imprescindível “onde fazer e que tipo de crime enfrentar”, pois são essas informações, são esses diagnósticos que podem orientar o Ministério da Justiça, em especial nos investimentos que faz, na segurança pública, em relação à prevenção da violência.

Pensando nisso, no ano passado, o Ministro da Justiça nos encomendou a elaboração de um projeto de lei, que foi encaminhado pela Presidenta da República, dia 7 de dezembro de 2011, aqui, para o Congresso Nacional, para criar também um novo sistema de informações de segurança pública que prevê obrigatoriedade aos Estados do fornecimento de informações. Dessa forma, se os Estados não apresentarem essas informações, não receberão recursos do Ministério da Justiça. Ele está em tramitação na Casa. Tem uma secretaria específica que faz um acompanhamento no Ministério da Justiça, mas a gente acredita que, depois de criado o sistema...

Claro, tem um caminho muito grande, porque não basta criar o sistema. Nós já estamos, ao longo do tempo, capacitando os servidores de segurança pública no preenchimento, e, no caso da violência contra a mulher, tem que ter também uma parte que é do preenchimento, que é da motivação do crime, porque a mulher pode ter sido vitima de violência em razão de gênero ou não. A gente tem que saber, para poder garantir a confiabilidade dos dados, essa diferenciação: se a violência é caracterizada pelo gênero ou não. Então, também tem um processo longo de sensibilização e formação desses profissionais na hora do registro – identificação, hora exata do crime, autor, características de gênero, idade, raça e outras peculiaridades, orientação sexual, motivação do crime – para podermos ter dados mais fidedignos.

E a gente acredita que, a partir da implantação do Sinesp, vamos ter sucesso na obtenção desses dados e, assim, o Ministério da Justiça poderá ser o órgão central que concentra a informação sobre violência e criminalidade. No Sinesp, não tem só a questão dos dados estatísticos com relação à violência contra a mulher, mas também os dados do InfoPen. A ideia é que, incluindo o sistema de banco de dados sobre drogas, os sistemas estejam coadunados e que, a partir da avaliação e da análise deles, a gente tenha um diagnóstico mais adequado acerca da violência e da criminalidade, em especial pensando nas peculiaridades da violência contra a mulher.

Vou ficar devendo para vocês informações mais específicas com relação às mulheres em situação de prisão, porque sei que o InfoPen tem dados, que também são informados pelos Estados. Sei que não são todos os Estados que mantêm esse banco de dados atualizado, mas eles têm a informação sobre qual é o gênero dos presos e em que situação de prisão eles estão, se são cadeias provisórias ou se estão em delegacia de polícia.

Este ano, como falei, o foco do Ministério da Justiça, do Depen, particularmente, é acabar com o déficit carcerário. E, nesse sentido, os projetos têm que estar coadunados com o Conselho Nacional de Política Penitenciária, política criminal e penitenciária. Então, obviamente, no Conselho há todas essas diretrizes, como a questão de se ter local separado para mulheres em situação de prisão. É por isso que a gente vem trabalhando com os Estados para saber, num levantamento, qual o déficit existente em cada um desses Estados e de que forma a gente pode ajudá-los, repassando os recursos para construírem estabelecimentos prisionais que sejam adequados para essas mulheres em situação de violência.

Agora, como nosso problema efetivamente é déficit carcerário, ter local para as pessoas cumprirem a sua pena de prisão, sempre acaba acontecendo um sacrifício. E aí ressalto novamente quem executa e quem constrói. Quem executa as penas de prisão são os Estados. Temos, hoje, cinco presídios federais, não sei se o quinto já foi inaugurado. Temos alguns presídios federais, mas a maioria das mulheres está presa nos estabelecimentos prisionais dos Estados, e sempre acaba havendo prejuízo com relação aos processos de educação, de reinserção social.

Antes de trabalhar no Ministério da Justiça, fui assessora da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e o meu trabalho era especificamente com relação ao sistema prisional. No Rio Grande do Sul, só tem um presídio feminino, que é o Madre Pelletier, que fica na capital. Um dos problemas que a gente verificava muito era a alienação parental: as mulheres visitam os maridos, mas os maridos não visitam as mulheres. Lembro-me muito de uma presa cujos filhos eram buscados na rodoviária e levados ao presídio por uma promotora legal popular, que era formada por um projeto chamado Promotoras Legais Populares, da Themis, Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Ela que ia buscar os filhos dessa presa na rodoviária...

*(Interrupção do som)*

Esperava o período da visita e depois os retornava até a rodoviária, porque eles eram do interior, não conheciam a capital, e ela não tinha outros familiares. Esse é um desafio muito maior da própria questão da administração penitenciária, porque envolve uma questão social. Isso acaba acontecendo: os maridos não visitam as mulheres.

Outra coisa: a gente trabalhava na administração para acabar – claro, isso há nove anos – com a discriminação, pois, para os homens receberem visita íntima, bastava uma declaração de que ela era companheira do preso, mas, para as mulheres, tinha que ter um período de visita do homem que comprovasse que ele era efetivamente companheiro dela. É claro que havia, obviamente, a entrega de preservativos e orientação com relação à prevenção de DST, Aids, gravidez e tudo isso, mas havia um processo maior: o companheiro – ou a companheira – tinha que ficar visitando a mulher por um período de tempo; não bastava uma simples declaração. Isso é uma questão muito maior do que o próprio sistema penitenciário, é uma questão social muito maior.

Não sei avaliar qual o tempo que as mulheres... Não tenho esse dado de quanto tempo as mulheres, ou até os homens, as pessoas, de uma forma geral, que não têm condições de pagar um advogado particular demoram a receber a visita de um advogado. Mas, por isso, no Ministério da Justiça, e em todos os Estados, existe aquilo que a gente chama de mutirões, ou seja, contratam-se, muitas vezes, pessoas, estagiários, que são monitorados pela Defensoria Pública, obviamente, que fazem o levantamento das pessoas, das penas, das condenações; se receberam os direitos, como o indulto, a remissão de pena pelo trabalho ou hoje pelo estudo, também, que é possível. Então, sempre, esse é um trabalho que tem que ser concomitante. Não basta fazer um mutirão, e está tudo resolvido. Não; é preciso fazer mutirões que sejam contínuos, porque essas situações acabam sempre... Nem todo ano a pessoa tem indulto, ela trabalha durante um determinado tempo, mas, se não há alguém que, efetivamente, toque o processo, ou o próprio juiz ou a juíza da vara de execuções criminais que tenha um olhar atento para isso, a gente não tem como, efetivamente, saber se há possibilidade ou não. Mas os mutirões, efetivamente, têm este objetivo: poder olhar para o processo de execução criminal da pessoa em situação de prisão para poder avaliar se ela está, efetivamente, conseguindo ter o cumprimento da pena.

Com relação às questões de educação, a gente, obviamente, discute muito isso, a necessidade de projetos que visem à reinserção social. E, nesse caso, acho que muitas vezes a gente tem que avaliar. Lembro que, no Madre Pelletier, havia vários cursos e havia um hospital, o Hospitalar Conceição, onde elas faziam a costura dos lençóis e das roupas que eram utilizadas no hospital. Mas, efetivamente, elas trabalhavam, principalmente, para poder fazer a manutenção dos seus filhos, que estavam com outros familiares, mas não, efetivamente, para construir um processo de prisão.

Nos regimes semiabertos, há muito mais possibilidade de você fazer cursos que possam ser profissionalizantes e, a partir dali, buscar mesmo a possibilidade, se o juiz autorizar você a trabalhar fora do estabelecimento prisional, de você conseguir algum processo de reinserção social mais adequado.

Depois, eu posso encaminhar as demais questões aqui para a CPMI.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos à Drª Cristina. Acho que ela trouxe, inclusive, algo importante de a gente monitorar, que é esse projeto que cria o Sistema Nacional de Segurança Pública, e que emendas nós podemos colocar para reforçar o corte de gênero.

Nós já estamos com os demais convidados. Entre nós, o Dr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, que é Secretário da Secretaria de Atenção da Saúde, do Ministério da Saúde; e também o Dr. Fábio Meirelles Hardman de Castro, representante também do Ministério da Educação.

Nós passamos a palavra à Senadora Ana Rita, que vai situar as questões, e, em seguida, falará o Dr. Helvécio Miranda Magalhães.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Antes, Deputada Jô, eu quero aqui solicitar ao Ministério da Justiça que nos envie os dados do Depen. É importante. Mas também, na elaboração do relatório, se sentirmos necessidade de obter informações um pouco mais aprofundadas, em termos de números, de dados estatísticos, nós vamos solicitar isso por escrito para que o Ministério da Justiça nos envie, para que possamos garantir que isso esteja contemplado no nosso relatório.

Também quero aproveitar o momento – como não vou poder ficar até o final, porque tenho uma viagem – para solicitar ao Deputado Rosinha que fique como relator *ad hoc*. Enquanto isso, vou fazer algumas perguntas ao representante do Ministério da Justiça e ao do Ministério da Educação, sem prejuízo de que o relator *ad hoc* possa fazer novos questionamentos.

Gostaríamos de dizer ao Dr. Helvécio e ao Dr. Fábio que algumas preocupações têm-nos ocorrido, como relatora, e eu quero aqui apresentar apenas essas preocupações para que vocês possam, a partir da fala de vocês, trabalhar essas preocupações.

É claro que...

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Presidenta, Relatora, só uma questão.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Sim.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Tenho a impressão de que a Drª Cristina já cumpriu com o papel. Que ela fique à vontade se quiser permanecer ou não, e até para colocar uma cadeira para que o Fábio sente-se lá para que fique de frente para nós.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Cristina, fique à vontade. Podendo permanecer aqui conosco, é importantíssimo...

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Claro, que ela fique à vontade; se quiser permanecer...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – ... para que possa também ouvir os representantes dos Ministérios.

A mesa aqui é pequena para receber a todos de forma mais adequada.

Eu gostaria, então, que o Ministério da Justiça, na sua fala, pudesse relatar um pouco... o Ministério da Saúde – desculpe –, o Dr. Helvécio, qual a realidade da notificação compulsória da violência doméstica e sexual. Sabemos que é papel fundamental da saúde notificar aqueles casos de mulheres que procuram os serviços públicos de saúde. E, muitas vezes, a mulher procura o serviço público em função de uma violência de que foi acometida, mas nem sempre ela tem a coragem de fazer a denúncia. Cabe às unidades de saúde fazer a notificação compulsória.

Então, gostaria que o senhor pudesse falar um pouco sobre isso e, também, sobre como o Ministério da Saúde está acompanhando os hospitais no cumprimento da resolução e da lei que obriga à notificação; se há esse acompanhamento e como isso é feito. Então, gostaríamos que também abordasse isso.

Que dados o Ministério da Saúde tem hoje sobre o abortamento legal? Quantos hospitais realizam hoje o abortamento legal, de acordo com o que prevê a nossa legislação?

Basicamente, são essas as preocupações com relação ao Ministério da Saúde.

Eu vou, Dr. Rosinha, para o senhor poder ocupar este lugar, também fazer algumas provocações ao Ministério da Educação.

Obrigatoriamente... Entendemos a importância e a necessidade de incluir nos currículos das escolas públicas o tema ou a disciplina sobre violência contra as mulheres e também por uma educação mais igualitária. Gostaríamos que o Ministério da Educação falasse um pouco sobre isso; se já há alguma reflexão, alguma discussão, algum projeto com relação a isso; se há alguma experiência já sendo realizada nessa área, que pudesse estar nos relatando aqui.

Enfim, entendemos que é fundamental trabalhar esse tema da questão de gênero, da questão das mulheres nas escolas, para que possamos formar uma nova consciência nos nossos estudantes e, assim, preparar uma nova geração para que possa ter uma visão e um comportamento diferente no que se refere à questão da igualdade de gênero.

Também pergunto se há a realização de campanhas permanentes de igualdade de gênero nas escolas.

Então, com relação às disciplinas, se há alguma disciplina já trabalhando esse tema ou trabalhando essa questão de forma transversal, e se há alguma campanha com relação a isso.

Apenas isso, para provocar e convidar o Deputado Rosinha para ocupar o nosso espaço aqui hoje.

Obrigada, Dr. Helvécio. Obrigada pelo contato.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Desejamos uma boa viagem à nossa Relatora.

Na próxima audiência pública, teremos a oportunidade de fazer uma avaliação do que foi a audiência em Pernambuco. E, referendando o convite que o Deputado Eduardo Azeredo fez, requerendo audiência pública em Minas Gerais, na próxima sexta-feira, dia 27 de abril, estaremos na Assembleia Legislativa de Minas, realizando a segunda audiência pública.

Com o sentar do nosso relator *ad hoc*, passamos a palavra, neste momento, ao representante do Ministério da Saúde, Dr. Helvécio Magalhães, que disporá de até 15 minutos para sua exposição e anexará, como temos pedido a todos os que vêm aqui, o relatório completo das informações e da atividade que o Ministério da Saúde realiza nessa área.

Dr. Helvécio.

**O SR. HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR** – Obrigado, Deputada Jô Moraes.

Eu queria, em nome do Ministério da Saúde, do Ministro Alexandre Padilha e da equipe, congratularmo-nos pela iniciativa de vários parlamentares, na pessoa da Deputada Jô Moraes, por esta CPMI.

O tema tem relevância suficiente e importância para que seja dado o maior destaque possível e que nos dê caminhos para, efetivamente, como está no texto da formação da CPMI, fazer-nos, no Brasil, no mínimo cumprir a legislação. Nós já temos uma robusta legislação e continuamos em uma escala ascendente muito ruim de violência contra a mulher. Portanto, acho que isso pode ser um marco para nós na nossa história civilizatória no País. E o Sistema Único de Saúde é, ao mesmo tempo, autor, ator e devedor desse tema. Portanto, para nós é muito importante isso.

A Deputada Jô Moraes é uma militante do Sistema Único de Saúde – aliás, como aqui também o Deputado Dr. Rosinha – e nos engrandece muito.

Quem vai passar para mim? Faça o favor.

Não vou me deter muito nas questões gerais do Sistema Único de Saúde. É um sistema constitucionalizado que busca atendimento universal, integral, com equidade. Portanto, todas as questões afeitas à desigualdade – e, no tema da violência, temos uma questão de gênero muito importante – é pauta, é tema e é preocupação do Sistema Único de Saúde.

Dentre os vários temas, nós temos, tradicionalmente, e cada vez mais reforçada pela própria necessidade do País, da população, uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, como um grande recorte necessário, estratégico, que tem, no seu bojo, o tema da violência contra a mulher. Assim como o recorte que fizemos com relação à parte obstétrica e neonatal, que chamamos de Rede Cegonha, que é um aspecto da Política Nacional de Atenção Integral à Mulher, a violência também é um aspecto muito importante.

E aí nós temos que buscar qualificar a gestão, superando a fragmentação das várias políticas, dos vários programas, das várias iniciativas, tanto do Ministério, como de Estados e Municípios, tentando dar uma harmonia no que temos chamado de redes regionalizadas e integradas de atenção à saúde.

Evidentemente – aqui temos, pelo menos, os Ministérios da Saúde, da Justiça e da Educação –, é muito importante a ação intersetorial. Eu queria deixar claro que o Ministério da Saúde está completamente... Temos tido iniciativas conjuntas com os vários Ministérios, em especial com a Educação, mas também com a assistência à Justiça – é fundamental nesse tema –, sempre, também, com Estados e Municípios.

Pode passar.

Trago um pouco – esse material, como a Deputada Jô colocou, vai ficar à disposição – a ideia de que, dentro da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, nós temos vários aspectos e iniciativas muito importantes ao longo dos anos, não só agora. Nós temos procurado, há muitos anos, na verdade, reforçar, dar destaque, aprimorar – mas não temos nenhuma pretensão de autoria; pelo contrário –, por exemplo: o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher; uma ênfase especial às características da violência no campo, na floresta; a questão – que acho que é emergente, mas cada vez mais importante pela própria inserção do Brasil na economia mundial, e do jeito que isso vai acontecendo – do enfrentamento ao tráfico de pessoas, aí incluindo mulheres; a questão especial da violência contra crianças e adolescentes. Enfim, esses são temas que compõem esse nosso conjunto de preocupações.

Pode passar.

Então, esse é outro jeito de ver isso, mas temos também questões subtemáticas importantes. O tema da violência doméstica se impõe como um lócus negativamente privilegiado da violência, e os dados a seguir comprovam isso, o que é de uma importância muito grande do ponto de vista das nossas ações de prevenção e coibição da violência.

Vários aspectos podemos considerar como também violência. Por exemplo, a feminilização da epidemia de Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis não deixa de ser uma violência porque são doenças plenamente preveníveis. O fato de ter exploração, por exemplo, sexual das mulheres leva a esse resultado sanitário de gênero.

Pode passar.

Temos sempre a ideia de rede, de pontos de atenção que tem que conversar, conversar para dentro do sistema de saúde, conversar com as outras políticas. O Ministério da Saúde e o MDS têm incentivado quase uma ação sempre conjunta das unidades básicas de saúde, das equipes de saúde da família com as equipes de assistência social dos CRAs, dos CREAs, porque essa é uma ação que tem que ser muito compartilhada, nos territórios, com políticas integradas. Efetivamente, a capilaridade do Sistema Único de Saúde, 38 mil equipes de saúde da família em todo o território nacional e mais de 40 mil centros de atenção básica ou primária, nos permite essa possibilidade de interagir no território chegando a cada ponto de atenção no País e nos aproximando da população, com nuances próprias, como, por exemplo, uma recente iniciativa das equipes de saúde da família, que, nos barcos da Amazônia, cuidam das populações ribeirinhas. Então, são muitos aspectos que nos parecem importantes nessa modelagem.

Pode passar.

A Senadora Ana Rita fez menção, e vou falar disso a seguir, que, do ponto de vista do cuidado, tem outro aspecto que orienta as ações de prevenção e de monitoramento: a informação. É fundamental qualificarmos a informação para termos um bom diagnóstico, uma discriminação do diagnóstico por territórios, por seus aspectos e, a partir daí, promovermos de forma integrada a intervenção das várias políticas públicas, assim como um sistema mais avançado, mais coordenado de uma governança mais sólida de gestão de todos esses processos.

Pode passar.

Bom, ao longo do tempo, o Sistema Único de Saúde foi estruturando, progressivamente, uma rede temática específica de atenção, buscando uma atenção integral e qualificada para as mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual. Hoje, temos 552 serviços de saúde que atendem, e tem um mínimo de capacitação, um mínimo de equipe, a violência sexual, que, por nuances próprias, em quase totalidade, é relacionada à violência doméstica. Estamos unificando isso. Hoje, 65 serviços especializados, e pretendemos cada vez mais ampliar – essa é uma determinação clara do Ministério da Saúde, do Ministro –, podem fazer abortamento legal. Temos buscado atender ainda uma das poucas possibilidades de abortamento legal no Brasil, que são as mulheres vítimas de violência sexual. Portanto, temos, hoje, 65 serviços e estamos avaliando as suas condições para melhorá-los, apoiá-los. Vamos ter um reforço, inclusive, financeiro e queremos expandir em mais 30.

Pode passar.

Um aspecto importante. Além da legislação brasileira, tornamos, do ponto de vista operacional, no ano passado, com mais clareza do fluxo de informação – já respondendo uma das questões muito bem colocadas pela Senadora Ana Rita, Relatora – obrigatória a notificação ao Sistema Nacional de Informação de Notificações do Ministério da Saúde, o Sinan, assim como das várias doenças que, hoje, temos acompanhamento. Portanto, essa é uma base de informação que, cada vez mais, vai ser qualificada e vai nos permitir – acho que esse é um ambiente muito propício para isso – a divulgação com transparência. Com isso, com essa publicização, desejamos que haja cada vez mais ação contra a violência.

Pode passar.

Vou passar rapidamente alguns dados, mostrando, até por razão não da violência em si, praticada interpessoalmente, que temos um número de mortes por homicídio, incluindo intervenções legais e institucionais da própria Polícia, secundário a agressões, um número absoluto, muito maior em homens, evidentemente. Isso é no mundo todo.

Mas, o que é mais significativo é que o evento maior, a morte, o evento máximo, negativo, vem crescendo, não tenho aí o gráfico, mas temos essa informação e vamos disponibilizar, vem crescendo nas mulheres. Isso é um indicativo muito ruim do ponto de vista das taxas de mortalidade, considerando, evidentemente, que a morte é o evento máximo.

Pode passar.

Tem uma concentração em faixas etárias medianamente jovens e alguma distribuição diferente por Região do Brasil, temos, evidentemente, por Estado, por município, às vezes com dificuldade de ter taxa em municípios pequenos, mas variando aí num total de 4,4 por 100 mil habitantes, tendo uma variação por Região, com o destaque de que a Região Centro-Oeste tem uma taxa bem superior à média nacional.

Pode passar.

Aí já é usando não a mortalidade, não o sistema nacional de informação de mortalidade, mas já usando o nosso sistema de monitoramento, o Viva, que é operado pela Secretaria de Vigilância em Saúde. Então, são dados da nossa notificação compulsória implantada. Esses são dados de 2009, os dados de 2010 já estão fechados, estão sofrendo uma validação técnica, assim como os de 2011, quando foi iniciado, mas já temos mostrando a progressão disso.

Aí temos a distribuição dos casos de notificação de violência em serviço Sentinelas, aquele serviço que coloquei naquele mapa anterior. Esses são serviços que foram estruturados, com essa ideia do Sentinela, que nos dão um bom observatório da situação naquela Região, naquela cidade. Portanto, não são todos os serviços públicos existentes que a notificação compulsória nos mostra, mostrando que há uma concentração nas faixas etárias acima de 20 anos até 49 anos. É uma grande concentração, de mais de 60%, na verdade 71%, até 59 anos, entre 20 e 59 anos. Então, tem uma presença grande, mas já existe em mulheres idosas, assim como em crianças e adolescentes, mostrando uma taxa importante. Chamo a atenção para mais da metade, dentro da tipificação que o próprio IBGE usa, mais da metade das violências nos pontos Sentinela na cor parda, mostrando também do ponto de vista raça uma discriminação negativa muito grande em relação às cores parda e preta, nomenclatura que usamos no IGBE, e também na baixa escolaridade. Quer dizer, os mapas da exclusão, os mapas da iniquidade, vão se sobrepondo também no tema da violência contra a mulher.

Pode passar.

Outro aspecto que não é novidade, mas estamos comprovando nesse sistema Sentinela, e certamente na notificação universal não vai ser diferente, a imensa concentração nesse banco de dados, no local de violência, o que nos chama muito a atenção, sendo a residência o principal local da violência. Daí a necessidade de que a notificação das violências domésticas e tudo que isso significa de delicadeza na interação com as equipes do Programa Saúde da Família, com o agente comunitário, pela própria exposição das pessoas e possibilidade de efetivamente continuar monitorando uma situação passível, porque há casos de reincidência, muito comuns, no mesmo ente familiar. Portanto, esse é um dado muito importante, vindo a seguir via pública. Pode passar.

Essa é uma razão razoavelmente óbvia, é a grande parte do tipo de violência nessa edificação que ainda é muito pobre, a agressão e os maus tratos.

Pode passar.

O tipo da agressão, esse conjunto chamado agressão física, é a grande predominância, mas desponta a questão sexual como um percentual no serviço Sentinela. No caso da negligência, do abandono, tem nas faixas etárias polares, tanto em criança, na menina, quanto na idosa, que é o aspecto da negligência, do abandono, até cárcere privado, essa coisa toda.

Pode passar.

Aí a natureza dentro do provável agressor, na notificação, um dado que vem se firmando, a notificação universal deve confirmar, uma importância muito grande do atual ou ex-companheiro ou de outro familiar. Isso chama a atenção e deve servir de alerta para o formato de intervenção. Portanto, isso é muito importante, o agressor está muito próximo, não é nada distante.

Pode passar.

Isso é mais a expressão gráfica, no caso da violência.

Pode passar.

Na verdade, aquele 20,59 é 71%, uma faixa etária importante.

Pode passar.

Aí aquela questão por número, claro que a população vai variando.

Pode passar.

A escolaridade, mostrando a baixa escolaridade como potencial de violência muito grande, de sofrer violência.

Pode passar.

A mesma coisa com relação ao local.

Pode passar.

O agressor. Mais uma representação gráfica.

Pode passar.

Finalizando, as várias possibilidades.

Esse diagrama já nos mostra, é a nossa ênfase, a necessidade da atuação intersetorial. Queremos, sem fugir das nossas responsabilidades, que são claras, não só no cuidado, no atendimento delicado, humanizado, não é nenhum favor, é obrigação nossa... Quero dizer que cada vez mais vamos fazer um grande esforço com os milhares de servidores, de trabalhadores do Sistema Único de Saúde, para que tenham isso como uma coisa no seu cotidiano.

Vamos dar uma ênfase especial agora ao cuidado com o adolescente, com mulheres com gravidez indesejada, para a boa orientação sobre a gravidez, sobre o planejamento familiar e para que, em situações em que ela tenha optado pelo abortamento, mesmo ilegal, sejam bem acolhidas, cuidadas, tratadas, como um direito. Então, esse aspecto da saúde a gente não pode negar, não só o cuidado, a notificação, mas o trabalho conjunto com o aparado da Justiça, aí incluindo a participação, que é muito importante, do Ministério Público. A maioria dos municípios hoje onde tem promotorias têm tido um trabalho muito integrado, de muita parceria na ponta mesmo, com o Ministério Público, especialmente nas grandes cidades, em que há as Varas da Infância e da Adolescência, como eu disse, assistência social com as próprias Casa Abrigo, os Centros de Referência. O avanço que temos tido, ainda que timidamente, com Delegacias de Atendimento à mulher, um aspecto que a nossa rede tem reclamado muito, da insuficiência, dos horários limitados, às vezes da falta de apoio.

Acho que temos de ter uma clara postura de intervenção no ambiente dos Institutos Médicos Legais. Não podemos continuar com um ambiente absolutamente desumano, o que é uma tragédia por si só, dos IML pelo país afora. Tem experiências em que a Justiça admite laudos legais nos serviços de atendimento à violência para que uma mulher que já sofreu uma violência sofra uma segunda violência ao ter de se submeter ao laudo pericial do IML. Acho que esse avanço nós podemos radicalizar no Brasil, além das outras áreas que consideramos importantes.

Pode passar.

Lembrando que o Movimento Social, as Organizações de Mulheres, as igrejas, os Conselhos, também são parceiros e que a disseminação dessa informação pode favorecer muito a proteção.

Para finalizar, Deputado, os nossos desafios, pelo menos uma síntese deles.

Pode passar. Primeiro, que estamos buscando, pelos próximos doze, treze, também um pouco quatorze, vai ser uma ação contínua, esse tema do tráfico. Temos um projeto especial nas fronteiras físicas do Brasil, mas também na questão à distância. Estamos tentando introduzir esse tema na discussão do Sistema Único de Saúde. Uma ação nossa muito importante é a nossa participação, até aprendendo com experiências como a do Uruguai, por exemplo, no plano de redução aos efeitos do aborto inseguro nas Américas, de tal forma que a gente possa, com vários mecanismos, ainda que respeitando o marco legal brasileiro, podendo nesse marco legal fustigar todas as possibilidades de evitar a gravidez indesejada e de orientar sobre as possibilidades menos traumáticas e menos arriscadas do abortamento, mesmo ilegal no Brasil.

A Rede Saúde tem outra concepção em relação ao normativo legal, mas temos de insistir nisso. A questão da garantia de termos cada vez mais as nossas normas técnicas, a garantia de dispensa de medicamentos, sejam os que possibilitam o aborto legal, sejam os que previnem infecção, dentro da violência sexual, como, por exemplo, o HIV, a Hepatite C. Há um esforço para intensificar cada vez mais a qualificação de profissionais para atuar nesse serviço, disseminando essa cultura do cuidado com a mulher vítima de violência em toda a rede, rede básica, rede hospitalar, rede de atenção especializada. Eu disse da questão específica do campo e da floresta.

Estamos ampliando, na questão acadêmica, cursos à distância, mostrando que cada vez mais esse é um artifício importante.

Pode passar.

É fundamental, como já disse, a questão da notificação da boa base de informação. Temos de cada vez mais melhorar isso. A notificação universal foi um avanço, vamos poder usar esses dados cada mais.

Falei da questão da Rede Cegonha, quero chamar a atenção para a violência institucional contra as mulheres. Nós temos um dado que nos animou fundamentalmente, além dos compromissos éticos, assistenciais, da Presidenta Dilma desde a campanha eleitoral, a fazer a Rede Cegonha no segundo mês do seu Governo, dois aspectos fundamentais. Primeiro, a persistência insuportável da morte materna no Brasil. Individualmente, é o pior indicador de saúde do Brasil. Nós temos vários problemas no Sistema Único de Saúde e em vários outros aspectos no Brasil. Ele persiste alto, já deu, nos últimos dois anos, indícios de queda, mas ainda num patamar muito elevado. Estamos correndo o risco de, infelizmente, não alcançar o objetivo do milênio, mas estamos brigando para, até 2015, alcançar. Primeiro, a mortalidade. Isso são problemas no pré-natal, no parto e no puerpério. A segunda questão refere-se à violência. Nós temos uma pesquisa que é uma vergonha para o país. A Fundação Perseu Abramo pesquisou para nós e verificou que 1/3, 27% das mulheres, relataram alguma violência no momento do parto. Isso é uma tragédia civilizatória! Não pode ser concebido no Brasil que num momento desses – não pode haver violência em momento algum – haja um constrangimento moral, uma agressão verbal ou uma agressão física. Portanto, são esses dois aspectos que consideramos como violência institucional, que nos animou, com o apoio da Presidenta Dilma, a ter a Rede Cegonha como a primeira rede a ser lançada dentro das nossas redes prioritárias.

Queremos ampliar os serviços que atendem a mulher em situação de violência e especialmente os serviços que atendem ao abortamento previsto em lei, agora reforçado pela decisão, em boa hora, depois de anos, do Supremo Tribunal Federal, em relação à anencefalia. Evidentemente, cada vez mais, fazer as ações intersetoriais.

Pode passar. Acho que estou acabando mesmo.

Pode passar.

Dentro da Rede Cegonha, essa questão da violência doméstica – no momento da gravidez mais ainda –, da violência sexual. É o que falei da prática institucional. A cesariana desnecessária nós consideramos também uma violência, uma agressão. É preciso deixar isso claro, debater isso publicamente, não ter vergonha de falar que o Brasil vive a epidemia de cesariana pior do mundo. Estamos discutindo isso com os profissionais, com o serviço, e brigando contra isso. Estamos buscando a humanização do parto, do puerpério e do nascimento.

Pode passar. São questões de que já falei. É a respeito do aborto seguro.

A Senadora Ana Rita também fez menção. Faz parte da nossa preocupação e vamos cada vez mais ter isso como uma questão da nossa rotina. Falo da supervisão periódica, mediante o Denasus, as equipes das secretarias estaduais e municipais que acompanham o que está acontecendo nesse serviço. Estão notificando mesmo? Estão cuidando adequadamente? A porta é aberta? O restante da rede está informada onde é o Serviço Sentinela, onde é o serviço que atende violência? Enfim, há uma série de questões que nós estamos dinamizando. Estamos avaliando efetivamente o que está sendo feito, introduzindo sempre – o que vale para todas as nossas redes – a pesquisa de satisfação do usuário e dos profissionais ao atender dentro dessa dinâmica.

Pode passar.

Para encerrar, queria dizer que, mesmo com muita decisão política, muita clareza, muita firmeza do Governo Federal, em parceria com Estados e Municípios, temos um enorme processo que precisa ser colocado em andamento para sensibilizar, formar e ter aliados. São mais de 500 mil só na atenção básica. São dois milhões de trabalhadores do SUS no Brasil na rede pública que precisam estar nessa grande cruzada de divulgar isso, conversar sobre isso, falar disso nos conselhos, mostrar os dados e constranger o conjunto da população que possa, de alguma forma, ser violenta.

Pode passar.

Acho que acabou. É isso.

Pode passar.

Obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Dr. Helvécio.

Sem dúvida, nesse desafio que nós temos, o Ministério da Saúde é um componente fundamental no caráter intersetorial da política de enfrentamento da violência contra a mulher. Provavelmente, em outras oportunidades, nós poderemos inclusive convidá-lo, já que, no roteiro que nós vamos fazer nas audiências públicas dos Estados, uma das preocupações centrais – pelo menos que começa a sinalizar – diz respeito ao controle da notificação compulsória, a padronização da notificação e o desafio de que ela se efetivada.

Quero cumprimentá-lo pela abertura que foi em relação a uma política de atenção integral à saúde da mulher, uma bandeira nacional de 20 anos do movimento feminista. Penso que, sob essa ótica, nós podemos enfrentar e debater essa questão. Vamos disponibilizar todo esse material ao conjunto dos Parlamentares que ainda não estiveram aqui.

Vamos passar a palavra ao nosso representante do Ministério da Educação, justificando que a Drª Cristina teve que sair para um compromisso, porque ela teve que substituir a indicação que viria aqui.

O Prof. Fábio disporá de até 15 minutos e, em seguida, passaremos para a discussão.

**O SR. FÁBIO MEIRELLES HARDMAN DE CASTRO** – Obrigado, Deputada Jô. É um prazer está aqui. Obrigada pelo convite.

Primeiro, bom dia a todos!

Olhando a apresentação do Ministério da Saúde, eu vi as fotos dos ex-Presidentes das Comissões de Assuntos Econômicos do Senado e me parece que só havia figuras masculinas. Eu me sinto também um pouco violentado com essas fotos. Então, queria fazer este registro desse histórico de figuras masculinas na Presidência. Que bom ter na Mesa uma Deputada aguerrida e militante, companheira com a gente, discutindo este assunto!

Sou coordenador-geral de Direitos Humanos no Ministério da Educação. A minha coordenação está vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – tem que ter fôlego para falar o nome da secretaria –, a Secadi, que cuida de assuntos de educação de jovens e adultos, educação especial, educação no campo, educação e gênero, educação e diversidade sexual, educação ambiental, educação quilombola, educação indígena, educação para as relações étnico-raciais e assim por diante.

A nossa coordenação tem alguns projetos e programas na área de educação e gênero. Vou apresentar alguns deles rapidamente e tentar responder as perguntas da Senadora e depois ficar à disposição para o debate.

Objetivamente, o MEC tem uma política de informação continuada de professores e profissionais de educação e também gestores na área de gênero. A gente tem um curso chamado Gênero e Diversidade na Escola, que é bastante conhecido, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e com a Seppir. É um curso em módulos. Os professores e profissionais de educação podem escolher o curso presencial, semipresencial ou a distância e de extensão, aperfeiçoamento ou especialização. Varia em nível e modalidade, mas o curso já formou aproximadamente 50 mil professores de 2006 para cá e tem metas – participamos de uma sala de situação com a Presidência da República sobre igualdade de gênero – de triplicar o atendimento nos próximos três anos. Temos um curso Gênero e Diversidade na Escola para professores e profissionais de educação e outro chamado Gestão em Políticas Públicas em Gênero e Raça, que é o nosso GPP, um curso para gestores da área de educação ou de políticas de mulheres, de igualdade racial. É um curso da área de educação para gestores, também de aperfeiçoamento, especialização sobre políticas de gênero.

Entendemos que a estratégia é a formação continuada tanto de gestores quanto de professores e profissionais de educação. Essa é uma estratégia acertada e temos dado escala a ela.

Temos recentemente nosso Programa Nacional de Livro Didático, que é o maior programa de incentivo à compra de livros. Na verdade, temos critérios estabelecidos. Os livros didáticos não podem propagar a violência contra a mulher, têm que fazer uma imagem positiva, têm que discutir as questões de gênero. Há uma série de critérios que depois eu posso disponibilizar para a comissão. Refiro-me aos critérios de corte de livros na hora de seleção e compra de livros por parte do Ministério da Educação. Portanto, recentemente, criamos e temos estabelecido critérios mais rígidos com relação à promoção da imagem positiva da mulher e contra os estereótipos de gênero nos livros didáticos comprados pelo MEC.

Temos o Brasil Alfabetizado, que é um programa de alfabetização. Agora estamos recebendo o Pró-Jovem Urbano. Temos também metas ambiciosas de alfabetização de mulheres para a promoção de igualdade de gênero. De 2008 a 2011, a gente alfabetizou por volta de três milhões de mulheres no País.

Temos um dado muito curioso, Deputada: a maioria absoluta dos alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado são alfabetizadoras. Temos um grande número espalhado pelo Brasil de alfabetizadoras mulheres participando do Programa Brasil Alfabetizado, o que demonstra um compromisso das mulheres com a política de alfabetização no País. Na verdade, elas estão engajadas e envolvidas nesse programa e com essa política de alfabetização.

Esse programa Brasil Alfabetizado está vinculado ao Brasil Sem Miséria e também tem metas bastante ambiciosas para os próximos três anos. Temos, com ele, além da alfabetização, política de profissionalização, que é o Pró-Jovem Urbano, programa que veio da Secretaria-Geral da Presidência para o MEC. É um programa de alfabetização e profissionalização de mulheres, também com metas. Temos o Mulheres Mil, um programa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, também com metas. É um programa piloto que estamos vinculando ao Brasil sem Miséria, com metas de profissionalização de mulheres, pois sabemos que isso é fundamental para a inclusão de mulheres no mercado de trabalho e para a igualdade produtiva.

O nosso Ministro já veio ao Senado, ao Congresso, para falar sobre o Pró-Infância, que é a construção de seis mil creches. É um projeto vinculado ao PAC 2. Na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em dezembro do ano passado, esta era talvez a principal pauta do Movimento de Mulheres: a construção de creches para autonomia e igualdade de mulheres para acesso ao mercado de trabalho. Temos metas também bastante ambiciosas em diálogo com os Estados e os Municípios, porque, na verdade, o MEC faz o repasse de recursos para Estados e Municípios construírem e manterem creches em todo o País. Então, há um compromisso da Presidente, do Ministério em construir e manter unidades tanto de creches quanto de pré-escolas nos próximos três anos.

Fechando a nossa rápida apresentação aqui, queria dizer que o Conselho Nacional de Educação acabou de aprovar em março as diretrizes nacionais de educação em direitos humanos. Esse texto foi discutido durante mais de um ano pelas comissões do Conselho Nacional de Educação. É um texto que está agora sendo discutido no âmbito do MEC para ser homologado pelo Ministro, mas já está publicado na página do CNE. Essas diretrizes vão responder a provocação da Senadora com relação ao tema igualdade e gênero nos currículos, porque, diferentemente do Ministério da Saúde, a educação não tem um sistema único de educação. Ela funciona com base na LDB, em sistemas que têm sua autonomia pedagógica, didática, financeira de funcionamento. O MEC trabalha em constante diálogo com as secretarias estaduais e municipais de educação para implementar uma política de igualdade de gênero no âmbito da educação, só que a gente não pode impor nem às secretarias estaduais, nem às municipais, nem às escolas ou muito menos às escolas que esse tema seja discutido no projeto político-pedagógico no currículo. O que podemos é, em diálogo com o Conselho Nacional de Educação, promover esse debate e discutir diretrizes nacionais comuns de educação em direitos humanos. Essas diretrizes foram aprovadas pelo pleno do CNE e estão aguardando homologação por parte do Ministro da Educação, mas entendemos que essas diretrizes vão ser bastante orientadoras para o sistema de ensino, para discutir também igualdade de gênero, entre outros assuntos de direitos humanos.

Convém constatar que o debate sobre diretrizes nacionais curriculares para igualdade de gênero também está ponderado tanto pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres quanto pela Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Esse é um debate que, para além das diretrizes nacionais de educação e direitos humanos, o Ministério da Educação vem fazendo a importância e a necessidade de diretrizes específicas para discutir a igualdade de gênero, mas nós entendemos que já é um avanço significativo o CNE ter discutido e aprovado as diretrizes. Isso orienta o sistema de ensino com relação ao debate sobre igualdade de gênero nos currículos e nos projetos pedagógicos, na gestão democrática, enfim, em todos os âmbitos da educação.

Por último, para fechar, também foi perguntado sobre campanhas. Trago aqui, e vou deixar com a Deputada, o nosso livro o VI Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Em parceria com o CNPq e com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, todo ano, o MEC lança o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que recebe redações, artigos científicos, projetos político-pedagógicos e premia redações de ensino médio até da graduação, pós-graduação, monografias, teses, projetos político-pedagógicos de escolas. Recebemos e premiamos. Fazemos uma ampla mobilização nacional para receber, a fim de que esse tema seja discutido nas escolas e que os alunos façam redações, artigos.

Eu queria terminar, Deputada, lendo um dos artigos de uma estudante de ensino médio de Salvador, Bahia. O nome do artigo é *Os Sonhos de Geni* e começa assim:

*Genitália, palavra de que sempre me lembro quando alguém na rua me chama. Não sei o que se passava na mente de minha mãe quando me batizou assim: Geni, nome feio. Aceito o sexo, pois, com ele, me sinto amada ao menos por alguns instantes. Com ele, as pessoas gostam de mim, gozam comigo.*

Termina o artigo:

*Geni não precisou de um homem para conseguir uma profissão. Geni cresceu, queimou sutiãs, defendeu teses, criou teorias, foi cientista, trabalhou de pedreira, de secretária, de motorista, de empresária, virou jornalista. Geni escreveu, escreveu, escreveu e ainda escreve todos os dias uma nova página da história de sua vida, que ela mesma escolhe a cor, que ela mesma escolhe a letra e o tipo de papel. E, agora, Geni pode gozar. Geni pode e deve trabalhar em qualquer lugar que queira. Geni pode e deve reclamar quando apanha e, mais ainda, reivindicar as pedras e as merdas que lhe lançaram. Ela pode dar para quem quiser, e ai de quem faça algum comentário maldoso.”*

Essa é a redação de uma estudante de ensino médio de Salvador, Bahia.

A gente entende que, com esse prêmio, com essas campanhas, promovendo esse debate nas escolas, a gente está, de certa forma, fazendo o que a gente quer, que é construir a igualdade de gênero no âmbito da educação.

Então, deixar este livro com você, Deputada, e colocar o MEC aqui à disposição sempre para o debate.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos ao Prof. Fábio.

Sem dúvida alguma, um dos ministérios que é mais demandado do ponto de vista de programas articulados é o Ministério da Educação. Nós voltaremos a esse tema.

Com a palavra o relator *ad hoc*, Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Muito obrigado, Presidenta.

Passo diretamente algumas perguntas, até pela ordem de exposição, primeiro, ao Helvécio e, depois, ao nosso representante do Ministério da Educação, o Fábio.

Helvécio, como o Ministério da Saúde fiscaliza a realização dos serviços de abortamento legal?

Segundo, qual o critério para ampliação desses serviços, já que foi dito na sua exposição que serão ampliados? Serão contemplados a zona rural da mata e do sertão, de forma a ampliar os serviços para as mulheres do campo e da floresta?

Terceiro, como o Ministério da Saúde fiscaliza a distribuição do *kit* de prevenção à violência sexual?

Quarta questão: a abrangência do sistema Viva é pequena – 23 capitais. Qual a possibilidade de ampliar esse sistema para que possa refletir de forma mais adequada a violência contra as mulheres em todo o País?

Quinta: como o Ministério da Saúde está desenvolvendo ou que políticas públicas estão em curso para diminuir novas vulnerabilidades das mulheres, como, por exemplo, violência produzida às mulheres que consomem *crack*; como a violência sexual ou a exploração sexual?

E quero fazer um comentário sobre a sua exposição, Helvécio, no que diz respeito aos institutos médicos legais. Não é possível continuar existindo no nosso País o funcionamento como é hoje do Instituto Médico Legal, seja especificamente em relação à mulher, que é o tema desta Comissão Parlamentar de Inquérito, seja no geral. É um destrato, é desumano, não tem o mínimo de respeito com os familiares, principalmente quando a vítima está viva e se vai fazer um corpo de delito; é maltratado ou maltratada em qualquer... Não conheço Instituto Médico Legal do País que tenha sido elogiado. E, no que diz respeito à mulher, a violência é muito grande.

Eu acho que poderíamos estudar não só a mudança do sentido do atendimento, que tem de ser totalmente alterado, mas até a razão do Instituto Médico Legal. O Instituto Médico Legal foi constituído num sentido hoje muito de análise de morte e não de defesa de vida. O Instituto Médico Legal tem que ganhar um caráter científico. Quando vou analisar uma morte, chamada natural, ela é natural mesmo ou teve algo por trás que conduziu à morte? Porque há uma história, e eu posso usá-la como prevenção, para que outras mortes não ocorram naquele sentido. Ou mortes por alguma doença, alguma causa mórbida, porque também posso tê-la como um estudo científico.

Isso só será feito se tiver um conjunto de trabalho e por iniciativa do Ministério da Saúde, para trabalhar juntamente com o Ministério da Justiça. Caso contrário, vamos continuar por muitos anos com esse tipo de postura do Instituto Médico Legal.

Você é médico. Eu sou médico. Fui médico; agora, estou quase saindo. Vinte anos fora e já falo que fui. Passamos pelos Institutos Médicos Legais. Quem foi estagiário de Direito em Instituto Médico Legal e por ali também passou, sabe como é feita a coisa. Então, é uma observação que faço, para que possamos até retomar num outro sentido, em outra perspectiva de debate.

Para o Ministério da Educação eu quero também fazer pergunta, Fábio. Primeiro, qual é o percentual de professores capacitados pelos cursos ofertados pelo programa Gênero e Diversidade, na escola, em relação ao universo de professores na rede pública?

E, segundo, nos últimos anos, temos observado um crescimento da violência dentro da sala de aula contra professoras e professores. Pelo que observamos dos casos que chegaram à mídia, apenas professoras foram agredidas. Essa é realmente a realidade? As professoras são as principais vítimas dessa violência? Porque pela mídia temos conhecimento de mais professoras sendo vítimas do que professores. Então, qual a realidade? O ministério tem registro sobre isso? E como o ministério está tratando essa questão? Há estatísticas?

Em outra reunião desta CPMI, eu fiz uma observação e quero perguntar, agora, a respeito daquela observação sobre a análise do material didático. Nós sabemos o que chega à escola, pois passou por uma análise prévia do Ministério da Educação. Mesmo assim, às vezes o material chega e um ou outro leva a polêmica da questão de gênero, do tipo que mantém culturalmente o machismo. Um ou outro chega. Mas das análises antes de ser selecionado, qual é a característica? Tem algum dado? Vocês encontram muito isso em material didático? Quando é feita a seleção, você já tirou uma boa parte fora. Qual o percentual constatado nesse material?

Presidenta, essas são as perguntas que me coube agora fazer e agradeço.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputado Dr. Rosinha.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha, uma das que mais questiona a discussão sobre a educação e o papel da educação no combate à violência.

**A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** (DEM – TO) – Na verdade, com relação à educação, algumas questões eu tinha colocado para o representante do Ministério da Justiça.

Eu fui secretária de estado por vários anos; Presidente do Conselho Nacional de Secretários. E o meu questionamento foi ausência, porque sei que é ausente. Embora tenha possibilidade de apoio, não tem uma política consistente em relação à questão da educação prisional. E a minha pergunta foi nesse sentido, da possibilidade de ser mais agressivo em relação a essa questão da política de incentivo à escola e à educação.

Eu sei que não compete ao Ministério da Educação criar disciplinas, mas criar programas de formação para tratar do tema, sim. Acho que um pouco é responsabilidade dele, inclusive porque na questão da homofobia existe uma provocação; na questão racial, étnica, também existe uma ação mais direcionada. Mas a violência contra a mulher é muito velada, como se não fosse um problema que precisasse ser tratado na escola. Então, acho que é possível o ministério trabalhar num programa direcionado a tratar esse tema.

A profissão do magistério é fortemente feminina, principalmente no ensino fundamental. Mas a tratativa do tema em relação à questão de gênero e mulher pode ser abordada melhor. Então, eu queria saber se tem algum programa nesse sentido e sobre a possibilidade de que isso fosse tratado de maneira mais centralizada.

Falo, inclusive, pela própria experiência que tive. Não era um tema que provocava tanto. Quando a gente lidava com educação prisional, sim, porque existia a situação diferencial.

Eu queria, na verdade, fazer esse apelo, para que se pudesse trabalhar, de uma maneira articulada, com os secretários estaduais e municipais, na criação de programas que pudessem tratar do tema.

Isto é velado, mas, muitas vezes, a própria professora, do sexo feminino, reforça os padrões, a discriminação, o tratamento, e naturalmente a coisa não muda.

Acho que é preciso haver um enfrentamento e saber, em relação às universidades, se é possível também, numa ação direcionada ao Ministério, tratar desse tema.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô de Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Professora Dorinha, Deputada Professora Dorinha.

Nossa Vice-Presidente assume seu posto – Deputada Keiko. Nós estamos disputando com o ICMS, e as Deputadas, incorporadas na luta dos seus Governadores, estão tendo de desdobrar-se nesse processo aqui, não só do ICMS, como também da instalação da CPMI do Cachoeira.

Eu queria, Dr. Helvécio, algumas questões. Considero primeiro o sentimento – e estarem nessa Mesa os três Ministérios é algo fundamental – de que há uma certa... de que há pouca articulação entre os três Ministério, que, no nosso entender, são fundamentais no combate, no enfrentamento à violência contra a mulher.

Eu queria, no caso do Ministério da Saúde, que apresenta um conjunto de serviços, uma estrutura de serviços, e um comprometimento mais próximo, um acompanhamento mais próximo, até mesmo porque é o primeiro acolhimento da mulher vítima de violência é o Ministério da Saúde, perguntar: o que caracterizam os 552 serviços a que o senhor se referiu? São apenas os sentinelas, já que os sentinelas estão apenas nas 23 unidades? Isso para nós é fundamental para que possamos saber que porta de entrada as mulheres têm.

O segundo aspecto: há algum tipo de mecanismo, para aferirmos a aplicação das notificações compulsórias? O Sistema Único de Saúde acredito que seja uma das estruturas do Estado mais articuladas internamente. Há um grau de interlocução entre os diversos setores, mas queria ver como há o controle dessa notificação.

No caso das instâncias de controle social – eu já os integrei, fui membro de conselhos de controle social no meu Estado, quando V. Exª era Secretário de Saúde –, elas não discutem essa questão.

Como é possível que o Conselho Nacional de Saúde incorpore dentro de si... Talvez seja o caso, vamos apreciar com os demais integrantes da Comissão, a possibilidade de convidar as instâncias de controle social dos referidos Ministérios, menos o Ministério da Justiça, em que não há uma instância, para que efetivamente nós as tenhamos como parceiros.

Esse debate é orientado. O Conselho Nacional já teve isso na sua pauta. Sei que a polêmica central da conferência nacional anterior, a principal, foi a interrupção da gravidez nos casos legais, e foi feito um debate equivocado, sem a ótica da ciência, da legalidade, e, sim, sob a ótica das paixões. Eu queria saber se há essa pauta.

Para o MEC, o que sinto, Prof. Fábio, é certo distanciamento da articulação, e, no seu relato, se inicia a construção de iniciativas nesse campo, mas ainda não com a abrangência necessária e fundamental que o Ministério da Educação tem.

Por exemplo, nós sabemos que uma das dificuldades que o Ministério da Educação tem diz respeito à escolha e à indicação de livros didáticos, algo que enfrenta na sociedade – enfrentou até nesta Casa – uma polêmica muito dura, muito difícil. É possível a construção nas comunidades educacionais, nos conselhos das unidades básicas integrados por pais, professores, alunos e funcionários, que haja a indicação desse debate? Existe alguma iniciativa? Porque se nós não quebrarmos o preconceito na base, nós vamos ter esse crescimento da gravidez precoce das crianças, e enfrentamos dificuldades para levar adiante esse debate.

Queria, por último, saber se existe algum foro intersetorial – não um foro convocado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) – que integre o espaço conjunto de vocês ou se é apenas pontual a participação de vocês em eventos que a Secretaria de Políticas para as Mulheres realiza.

Ainda uma última questão. Nós vivemos processos difíceis, mas temos um bom parceiro, que é o Ministério Público, e temos um bom parceiro agora, que é o CNJ, que nos apóia no enfrentamento desses processos. Gostaria de saber, no caso específico da violência no interior das escolas, se há alguma parceria com o Ministério Público para uma construção que envolva a própria comunidade.

Eram essas as questões que eu gostaria de passar para as senhoras. A nossa Deputada Keiko fará seus questionamentos antes de retornarmos aos debatedores.

**A SRª KEIKO OTA** (PSB – SP) – Bom-dia a todos.

Gostaria de agradecer a presença dos representantes do Ministério da Justiça e da Educação e a participação do Executivo Federal, que muito nos alegra e, tenho certeza, trará mais valor aos trabalhos desta Comissão. Vocês nos trouxeram informações importantes, que contribuirão fortemente para a construção de um relatório embasado em informativos, que nos proporcionará a possibilidade de saber onde aplicar nossos esforços para melhorar a rede de atendimento à mulher.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao nosso Secretário da Educação.

Entendo que hoje uma das principais causas da violência dentro das escolas é a prática do *bullying,* que traz como consequência a violência na vida adulta – vide o caso do Realengo. Portanto, eu gostaria de saber do Ministério da Educação se existe nas escolas algum programa de prevenção da violência, como o atendimento psicopedagógico. Em caso positivo, existe algum dado que comprove a sua eficácia?

Obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Uma última pergunta do Deputado Dr. Rosinha e, em seguida, passo a palavra ao Dr. Helvécio.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Dirijo minha pergunta também para o Fábio. Apresentei anteriormente aquela questão da análise dos livros que vão ser usados. Nessa análise dos livros didáticos, há também a avaliação com relação à flexão de gênero?

É só isso, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Dr. Helvécio.

**O SR. HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR** – Obrigado.

Antes de tentar responder cada pergunta, quero dizer que também trouxe, para deixar aqui com a Presidenta, nossos materiais, que reeditamos para divulgação ampla na rede do Sistema Único de Saúde, materiais relativos à violência contra a mulher – foram reeditados no ano passado e estamos preparando alguns outros materiais.

Eu queria fazer, primeiro, mais uma vez, referência ao que disse o Deputado Dr. Rosinha sobre os Institutos Médicos Legais.

Queria deixar registrada uma proposta do Ministério da Saúde: que nós possamos modificar o marco legal brasileiro no sentido de deixar clara – sem precisar de acordos com o Judiciário, como os que já estão em curso em Minas Gerais, em Belo Horizonte – a validação, como provas periciais, das avaliações feitas nos serviços de atendimento à mulher e contra a violência, desde que certificadas pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério da Justiça, dentro de padrões a serem acordados. Que surja uma legislação no Brasil, a partir desta CPMI, para validar isso, tirando do IML... Eu concordo com o Dr. Rosinha por outras razões, o IML também tem de ser modificado radicalmente, acho que é preciso ampliar os serviços de verificação de óbito, que têm outra conotação. De toda forma, a questão das mortes violentas no Brasil precisa de outra forma de tratamento. No caso específico da violência contra a mulher, acho que temos esse caminho de dotar de força legal, para efeito pericial, os serviços, desde que com padrão de qualidade, de notificação etc. Essa é a primeira coisa.

A segunda questão envolve o Ministério da Justiça. Nós temos uma boa novidade: é que, a partir de agora, o Ministério da Saúde, pela primeira vez, passa a integrar o Conselho Nacional de Política Penitenciária, e nós estamos reformatando a política de saúde prisional.

Nessa reformatação, há um aspecto muito importante em relação à mulher. Nós temos toda possibilidade, estamos discutindo isso, além de outras iniciativas em curso, para levar... O Brasil talvez esteja entre os países com maiores possibilidades de remissão de pena, por várias razões, por estudo, por trabalho. Nós temos todas as condições de oferecer uma alternativa às complexas estruturas para o atendimento à gestante nos presídios femininos. Como na imensa maioria dos casos, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, as mulheres cumprem penas leves, é possível, por exemplo, que mulheres em gestação tenham prisão domiciliar quando apenadas. Não tem sentido você montar uma estrutura dentro de uma penitenciária quando é possível um cuidado muito melhor fora do presídio, fazendo pré-natal, acompanhamento. Então, há iniciativas que esta Comissão também pode fortalecer, além de outros aspectos relacionados à questão das mulheres em cerceamento de liberdade.

Outra questão que eu queria abordar muito rapidamente – não está na minha apresentação, mas nós começamos a discutir a partir de uma reformatação, numa parceria que em 2011 nós fortalecemos e modificamos completamente junto com o MEC – é o Saúde na Escola. Esse programa está sendo um verdadeiro sucesso: 56 mil escolas aderiram este ano, o que significa 11 milhões de alunos e alunas.

Tratamos este ano a obesidade infantil como grande temática, introduzimos a semana Saúde na Escola, que foi um sucesso no Brasil todo. Vamos avançar na questão na primeira infância, que é um projeto que integra vários Ministérios coordenados pela própria Presidenta, com aspectos inovadores, chegando, além da pré-escola, às creches. Portanto, o Saúde na Escola e tudo o que ele pode ter – aí ampliando para Municípios e para mais escolas – é uma possibilidade muito singular de trabalhar a questão da violência nos seus aspectos mais preventivos, na mais tenra idade, levando isso para o currículo escolar.

Há muitas iniciativas nas escolas na grade curricular, principalmente nas escolas que têm tempo estendido, tempo integral, que têm mais versatilidade na grade curricular, que têm debatido isso. Então, é muito importante, porque esse tema chega à família. E nós temos observado, por informação de algumas secretarias municipais, que, ao levar isso para a escola, a notificação aumenta nas unidades de saúde, porque esse tema começa a aparecer, começa a deixar de ser tabu, a criança começa a comentar com a professora, e a professora notifica. A equipe de saúde que vai estar na escola interagindo, ganhando legitimidade ao fazer exame de acuidade visual, pesando, medindo, ela começa a captar sinais muito precoces além do desempenho escolar, que também é um indicador sensível para a questão da violência contra a criança. Isso pode ampliar nossa rede, além das ações de prevenção e de autoproteção. Então, esse é um aspecto importante.

Vou tentar responder as questões pela ordem. Há algumas que podem ser associadas.

Primeiro: nós ainda estamos discutindo mais detalhadamente os critérios para a expansão da rede, separando um pouco. Na questão do abortamento legal, nós queremos utilizar os condicionantes da Rede Cegonha, que trata com as maternidades, trata com as unidades básicas, trata com as unidades de urgência, Samu etc. Esta discussão nós estamos fazendo no Brasil todo, a estruturação da rede de assistência obstétrica e neonatal, aproveitando esse momento de discussão com Estados e Municípios, participação direta do Ministério, para que possamos determinar a melhor forma para promover a ampliação dos serviços de abortamento legal. Então, vai ser no bojo da discussão estadual que nós vamos identificar o melhor serviço e dotar os atuais de melhores condições, visitando cada um deles para ter garantia de seu funcionamento.

O mesmo vale para a rede Viva.

Vamos separar um pouco. Os pontos-sentinela: é a rede Viva. Isso, junto com a Secretaria de Vigilância, nós estamos discutindo, entrou no planejamento estratégico do Ministério a expansão dessa rede. Mas ela é uma rede especial. Nós queremos é que a rede toda do Sistema Único de Saúde notifique, porque ela é de notificação compulsória. Aí, nós estamos aperfeiçoando, como em outras notificações, os padrões de monitoramento da notificação. Por exemplo, unidade que nunca notificou, por si só, já está no nosso radar, porque há algum problema. Então, nós estamos apertando, inclusive com auditoria e a Secretaria de Vigilância, para estabelecer um padrão para a notificação em toda a rede, na rede Viva, e os serviços para a ampliação dos serviços para abortamento legal.

Nesse sentido, da rede, é que nós vamos localizar os novos serviços. Aí, a ideia é que nós tenhamos em todos os Estados e buscando atingir – nós temos cerca de 400 regiões de saúde no Brasil – regiões que tenham certa característica histórica, econômica, cultural e de serviços de saúde, mas que, progressivamente, todas essas regiões tenham serviços de referência e que isso seja do conhecimento de todos. Aí se inclui essa questão que foi aqui colocada: a interiorização para o atendimento às mulheres do campo e das florestas.

Outra questão colocada, que é uma preocupação nossa: que o *kit*, que os materiais cheguem efetivamente. Aí, nós temos muita fragilidade, é preciso reconhecer. Não é à toa que nós estamos ainda – ao contrário da caminhada natural do Sistema Único de Saúde de descentralizar, ainda que também haja razões de escala econômica – mantendo centralizada a compra de anticoncepcionais e métodos contraceptivos: porque nós queremos ter a garantia de que, simplesmente ao passar o recurso, pressões locais de várias ordens não impeçam as secretarias municipais de comprar, adquirir e distribuir métodos contraceptivos. Portanto, nós temos tido muita dificuldade para fazer os *kits* de prevenção chegarem à ponta. Talvez essa ideia da Deputada Jô, da informação com controle social, com os conselhos, possa ser uma alternativa. Admitimos que temos ainda de avançar muito para garantir que isso chegue na ponta. Nós temos ainda muita dificuldade. À medida que esse tema vai ficando mais popular e com o movimento social, a situação vai melhorando. Temos feito um esforço com os gestores municipais, com o próprio Conasems, que é a entidade nacional dos gestores, para que isso aconteça.

Também é muito importante outro tema que foi aqui colocado. Nós temos novas vulnerabilidades. Falei da questão do tráfico de pessoas, mas há a questão da droga – o Deputado Dr. Rosinha lembrou bem.

Uma dupla catástrofe é a adolescente grávida dependente de *crack,* pelo uso, pela superdosagem, pela abstinência e pela ausência de cuidado no pré-natal. Nós temos tido, na discussão da rede de cuidados com a pessoa dependente de *crack*, álcool e outras drogas, essa preocupação. Muitas cidades, por apoio nosso, por indução nossa, já estão se organizando para que haja serviços que façam com que os dispositivos que nós estamos introduzindo – as unidades de acolhimento, os consultórios na rua, a articulação com as equipes de cuidado com a população de rua, da assistência social – atendam a mulher adolescente, com um cuidado especial, na contracepção e no caso de gravidez. São muitas! São muitas... Eu acompanhei, recentemente, em São Bernardo do Campo, é uma situação presente na Unidade de Acolhimento a Dependente Químico e no Consultório na Rua, e tem toda sistemática diferente, porque não dá para encaminhá-la para entrar na fila para fazer ultrassom. Tem de ter uma articulação muito grande, o Consultório na Rua e as equipes estão fazendo isso de que tem de entrar na agenda do ultrassom. Por exemplo: eu vi e acompanhei um caso lá em São Bernardo.

Então, são novas vulnerabilidades e acho que o tema é este mesmo e que, às vezes, se associa em duplas e triplas vulnerabilidades. Isso está nos campos, nas cidades e, em especial, nas grandes cidades e suas periferias.

Quanto à expansão, eu já disse...

A Deputada Jô coloca muito bem quanto a ser frágil nossa articulação. Eu sinto que há mais articulação na ponta que no Governo Federal – e isso a gente tem discutido nos ministérios. Quanto mais a gente sinaliza nos ministérios sua ação integrada, facilita muito a atuação na ponta: viram verdadeiros normativos, pois o trabalho na ponta é o mais naturalmente feito junto – a gente tem acompanhado isso, especialmente as de saúde e as de assistência social têm... As equipes – até por eficiência ou autoproteção, pois é sempre uma ação delicada e que gera muitos estresses nas equipes a convivência com muitos dramas individuais e familiares – têm de tentar trabalhar junto. Agora, quando a gente passa a induzir a essa demonstração de trabalhar juntos, acho que há um espaço ainda entre os ministérios para que isso aconteça, sempre com os Estados e Municípios.

O termo da notificação eu já abordei... É um esforço permanente de qualificação em todas as áreas. A notificação compulsória começou mais recentemente... Tem um longo tempo que a gente pode agilizar para qualificar essa notificação, mas isso aconteceu com as doenças de notificação compulsória.

E a questão do controle social... Eu acho também que essa ideia de também chamar o movimento social, os conselhos em especial... Esse tema é muito pouco pautado (é muito pouco pautado) nos conselhos municipais, nos conselhos e no Conselho Nacional de Saúde. Eu acho que é uma ideia muito boa a de que isso também seja também pautado aqui.

A questão do que caracteriza o serviço (sem entrar muito em detalhe).

Você tem de ter condições mínimas no serviço de atendimento de violência contra a mulher, em especial a violência especial. Você tem de ter equipe, minimamente, ter um normativo para isso; estrutura física com área reservada, por exemplo, caso seja um serviço de urgência, pois não pode ser no meio do atendimento da classificação de risco já que é necessária uma área reservada. Tem de ter um padrão esperado de qualidade e de capacitação das equipes e medicação específica. Não se exige um grande aparato tecnológico, mas é preciso de medicação específica como, por exemplo, a prevenção de contracepção de emergência, que nós estamos reforçando a distribuição, com todo o cuidado, e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis como, em especial, Hepatite C e AIDS, nas quais se pode ter um monitoramente, pois, além do exame (porque tem janela imunológica), pode ter o tratamento imediato e o acompanhamento ao longo do tempo, além dos aspectos que também exige uma rede mais integrada e que abrange os aspectos psicológicos. Em linhas gerais, é isso o que caracteriza.

Nós estamos no esforço de ampliar essa rede, mas, fundamentalmente, sensibilizar o conjunto da rede para que possa notificar, cuidar e ter essa integração com os demais pontos.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Dr. Elvécio. Sem dúvida nenhuma, nós vamos continuar a fazer essa discussão, sobretudo da relação da estrutura da saúde (da ponta), nos postos de saúde, com as delegacias que recebem as queixas de estupros. Nós temos um caso em Minas de uma pessoa com deficiência mental que foi estuprada e que, dirigida, não foi orientada a tomar o *kit* preventivo. Então, é outro desafio que nós vamos ter.

Com a palavra, o Prof. Fábio.

**O SR. FÁBIO MEIRELLES HARDMAN DE CASTRO** – Obrigado, Deputada.

Primeiro, obrigado, Deputada Jô, Deputada Dorinha, Deputada Keiko, Prof. Rosinha, pelas perguntas e pelas preocupações. Vou tentar passear um pouco sobre todas elas sem a pretensão de as responder, porque, na verdade, vou voltar ao Ministério e tentar colocar este debate e provocar internamente estes assuntos para que a gente tenha um cuidado e uma atenção melhor e discuta internamente com todas as coordenações, diretorias e secretarias envolvidas.

Mas, com relação ao percentual de professores capacitados, é um percentual muito baixo sim. A gente tem, de acordo com o censo escolar, por volta de dois milhões de professores na educação básica. Eu falei aqui em um número de aproximadamente 50 mil professores capacitados em gênero e diversidade na escola – que é nosso curso. Mas queria também chamar a atenção de que são 50 mil capacitados no curso de gênero e diversidade na escola; a gente tem vários outros, dezenas de outros cursos de capacitação. Então, tem professores se capacitando em gênero e também professores se capacitando em educação escolar indígena, educação quilombola, em educação de jovens e adultos, em língua estrangeira, em violência na escola, outros cursos que são oferecidos pelo Ministério da Educação.

Então, a gente ainda tem um percentual muito baixo, mas o principal foi a gente ter se comprometido com a Presidência da República, com a Casa Civil, com a Secretaria de Política para as Mulheres e, mais ou menos, duplicar ou triplicar as metas de formação de cursos de gênero e diversidade. Esse é um compromisso do MEC, e a gente tem trabalhado para duplicar ou triplicar as metas de formação nos cursos de gênero.

Com relação a registro, estatísticas... A gente tem... O MEC, na verdade (como eu já expliquei, sem ser repetitivo), a gente não tem um sistema único. Então, a gente não pode impor uma ficha ou um fluxo de notificação de violência. As Secretarias... A Deputada aqui foi Secretária e sabe melhor do que eu de que as Secretarias têm autonomia didático-pedagógica de, inclusive, criar um fluxo de notificação e, na verdade, questionar o MEC ou fazer parceria ou não com o MEC. Na verdade, a gente tem uma sugestão de ficha de encaminhamento que a gente submete às nossas universidades e escolas. A gente está fazendo esse debate com todos os ministérios. Como foi falado aqui pelo Secretário do Ministério da Saúde, é um debate grande. Na verdade, no âmbito de um plano: O Brasil Protege suas Crianças, que é um plano da Presidência da República, a gente tem feito a discussão de que, na entrada, a criança ou a adolescente ou mulher chega ao posto de saúde, no Creas, no Cras, nas escolas, a gente tenha o mesmo fluxo e o mesmo encaminhamento para aquele caso de violência. A gente sabe que os sistemas e os ministérios trabalham muito com sua ficha e seu fluxo. Na verdade, a gente está tentando sentar e conversar todos esses caminhos em um esforço de atuação interministerial e atuação em âmbito nacional para resolver o problema. Então, esse esforço tem acontecido, os ministérios têm sentado, têm dialogado para definir uma ficha de encaminhamento e um fluxo de notificação compulsória de violência, inclusive contra a mulher. Esse assunto tem sido discutido, mas vai ganhar corpo e maturidade nos próximos meses para a gente lançar uma coisa bastante consolidada e que seja feito o debate com a sociedade.

Com relação à educação prisional, também acho que é um assuntão para o Ministério da Educação. É um assunto que está colocado... Eu volto, hoje á tarde, ao MEC para discutir educação nas Unidades de Internação aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, o que é um outro grande desafio colocado para o MEC. Na verdade, é um assunto mais complexo, porque educação para adolescente é obrigatória e você não tem como... Na verdade, o preso pode optar por estudar ou não; mas a criança e o adolescente que estão cumprindo medidas socioeducativas têm de receber o atendimento em escolarização e profissionalização. Então, esse assunto também está colocado para o Ministério. A gente está criando portaria interministerial junto com a Secretaria de Direitos Humanos. Mas, o assunto da educação nas prisões, o Conselho Nacional de Educação já estabeleceu diretrizes nacionais para educação nas prisões. A gente sabe que, junto com o Consed, com o Undime, com o MEC, se deve aprofundar esse debate sobre educação nas prisões e que esses cursos todos que eu apresentei aqui, de formação continuada de profissionais de educação, de professores, têm de chegar também par aos professores que tanto atuam nas Unidades de Internação quanto nas prisões. Esse debate está colocado nos programas de formação.

Alguém perguntou também sobre parcerias nossas com as universidades. Todos esses cursos que eu falei aqui, gênero e diversidade em escolas, gestão e política, são todos implementados por universidades públicas de ensino superior no País. Na verdade, não é o MEC que dá o curso. Ele lança o edital, e as universidades apresentam os projetos. O MEC seleciona, e as universidades implementam os cursos nos Estados e Municípios. Então, a gente tem uma parceria consolidada do MEC com as universidades, e a gente tem um edital chamado Proext – Programa de Extensão Universitária. Pelo País inteiro, a gente financia projetos e programas de extensão. Há muitos deles (seria bom também a gente encaminhar quais os projetos de extensão das universidades) que já estão atendendo mulheres vítimas de violência. A gente tem muitas universidades com centros de referência e com atendimento primário em violência contra a mulher também. A gente tem universidades pelo País e é bom que a gente faça a sistematização desses dados para incluir no relatório, o que seria importante, porque a gente tem universidades fazendo (além dos centros de referência e de delegacias) esse tipo de atendimento pelo País seja por recursos do MEC, seja por edital do Proext.

Pouca articulação entre os Ministérios...

Eu queria também voltar a falar do PSE, que é um exemplo de articulação interministerial, principalmente nos Ministérios da Educação e da Saúde. Neste ano houve a Semana da Saúde na Escola, que foi um sucesso, com o tema *obesidade*. A gente tem uma equipe no PSE, multidisciplinar, que vai à escola, em que, além de pedagogos, há psicólogos, dentistas e médicos que vão à escola fazer esse atendimento. Na verdade, é a saúde entrando no ambiente da escola e fazendo esse primeiro diagnóstico, esse levantamento. É um programa que tem uma grande adesão de municípios/escolas. Eu acredito que terá uma adesão maior ainda e terá investimento para a gente duplicar ou triplicar esses atendimentos. A gente ontem participou de uma reunião, do Comitê do MEC, do PSE. A gente tem discutido para dar escala ao programa e para dar corpo, ainda mais, a esse programa que a gente entende que é um programa de referência e um exemplo de boa prática de atuação interministerial, educação e saúde – esse Programa de Saúde na Escola. Também há o Saúde e Prevenção nas Escolas, que é outro programa mais conhecido pelo sistema de ensino.

A gente tem nos programas de livro didático, como foi falado, alguns critérios que são de corte, de livros selecionados... Na verdade, o PNLD é um programa da Secretaria de Educação Básica. Então, o Cecap não participa diretamente, a gente participa no estabelecimento de critérios e de parâmetros para os livros. Na verdade, o que a gente tem constatado é que, cada vez mais, esses parâmetros são orientadores. Como o PNLD é o maior programa (talvez do mundo) de compra de livros, ele orienta os escritores/escritoras a fazer livros de acordo com aqueles parâmetros. Então, cada vez menos a gente tem recebido livros em que precisamos excluir ou cortar, porque se tem o entendimento com relação à imagem positiva da mulher, contra os esteriótipos de gênero que seriam cortados. Mas a gente ainda tem sim livros que eventualmente fogem do debate e do controle que são distribuídos e de precisamos ter uma atuação mais atenta com relação a essa seleção e essa distribuição. Mas o debate, com relação aos programas de livro didático, também está colocado para o Ministério da Educação e cada vez os critérios são mais rigorosos com relação á seleção e á compra.

A gente tem... A Deputada Jô também perguntou sobre âmbito de atuação e de diálogo.

A gente tem... Nossa coordenação representa o MEC no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Ele reúne ministérios, sociedade civil organizada; enfim, um lugar de controle social das políticas em que os ministérios se encontram para discutir políticas. A gente também tem um comitê de monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Então, também nesse Comitê a gente tem um sistema, que é do MEC, o Simec, onde nele a gente tem de atualizar todas as metas do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, trimestralmente. A gente tem atenção e cuidado, com técnicos e gestores do MEC para ficarem atentos às metas... Por exemplo, eu falei aqui de metas de alfabetização... Há metas de alfabetização de mulheres. A gente ultrapassou a meta de alfabetização de mulheres. Agora, em nova conferência, em novo plano, vai colocar novas metas de alfabetização de mulheres para o MEC. A gente vai trabalhar nessas metas em um sistema, em um comitê interministerial que tem de responder, principalmente para a Secretaria de Políticas para as Mulheres, e fazer uma atuação intersetorial de monitoramento da política de igualdade de gênero. A gente tem o CNDN, tem o Comitê de Monitoramento da Política, e a gente tem outros espaços de articulação em que a gente senta com a SPM para discutir a política e também com o Movimento de Mulheres para discutir.

Recentemente, no Fórum Nacional de Educação, foi discutido e foi aberta uma vaga para o Movimento LGBT e para o Movimento de Mulheres. Então, a gente tem a União de Mulheres do Brasil agora compondo o Fórum Nacional de Educação. Então, essa é uma notícia boa também, porque agora o Movimento de Mulheres vai estar no Fórum Nacional de Educação, pautando o fórum e também pautando a próxima Conferência Nacional de Educação, mas de forma mais consistente.

O tema flexão de gênero nos livros ainda não está colocado ainda nos editais. Acho que é um desafio de entendimento interno do MEC também. A gente tem um trabalho lá de dia a dia, enquanto Secad, enquanto Coordenação de Direitos Humanos, também de convencer os outros técnicos e os gestores de outras secretarias – de Educação Básica, Profissional e Tecnológica, Superior – de que são temas relevantes, que a flexão de gênero é importante, mas a gente ainda tem, claramente, resistências. Esse é um debate que está colocado e de que a gente não pode fugir, mas, enquanto Coordenação Geral de Direitos Humanos, eu digo que a gente está absolutamente convencido de que é fundamental e importante. Às vezes a gente tem até de discutir, de negociar com o Comitê de Publicações do MEC, porque é importante fazer a flexão de gênero nos materiais didático-pedagógicos, nos materiais de referência que são selecionados e distribuídos.

Com relação ao *bullying*, tema que também está colocado, que está na pauta, está na ordem do dia, o MEC tem uma pesquisa que está sendo finalizada, que é sobre a violência e a convivência nas escolas brasileiras. É uma pesquisa qualitativa que foi feita pela Flacso, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que vai ser apresentada nos próximos dias ou meses, com relação à violência e à convivência, falando não só do *bullying*, do preconceito, da discriminação, mas também da violência dura – álcool, drogas, armas – e da discussão sobre normas, condutas nas escolas e um pouco de gestão democrática. Para a gente não ficar só no preconceito, na discriminação e no *bulling*, que é entre pares, entre alunos, a gente também discutiu o tema violência e convivência nas escolas brasileiras.

Eu quero contar para vocês que tive uma mesa com o diretor da Escola Tasso da Silveira, com o diretor da escola de Realengo, no mês passado, e a gente fez esse mesmo debate sobre *bullying* e violência. Na verdade, o que a gente precisa é discutir para além. Por exemplo, sei que a escola está com guarda municipal, teve obras de infraestrutura. Sabemos que, na verdade, contratou-se uma empresa terceirizada para cuidar; os inspetores, agora, são de uma empresa terceirizada. A gente que esses são paliativos que não resolvem o problema. Tem uma questão de fundo colocada sobre a violência e a convivência e, na verdade, a gente precisa aprofundar esse debate. A gente sabe que guarda municipal, aumentar o muro, cuidar da entrada e da saída dos estudantes na porta não irá resolver o problema de violência e convivência nas escolas brasileiras.

Esse debate está colocado, esse assunto está na pauta do dia, o Ministério da Educação tem uma pesquisa que irá lançar e há outros cursos, materiais, programas e projetos que são das Secretarias estaduais da educação. A gente vai também agora lançar um projeto. A gente tem um grande projeto chamado Escola que Protege. Na verdade, ele geraria outro debate, outra mesa, porque é um projeto de discussão sobre abuso e exploração sexual, trabalho infantil, todos os temas de *bullying* nas escolas, com professores de formação, que implementariam um plano de intervenção educacional. É outro debate, mas o MEC está preocupado e tem o Programa Escola que Protege.

Eu poderia falar aqui também mais meia hora sobre o Mais Educação, que é um programa de educação integral nas escolas, que também ajuda e contribui para prevenir, promover os direitos humanos, prevenir a violência nas escolas, na educação integral enquanto estratégia.

Além disso, há o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. A gente tem os conselhos escolares, reunindo a comunidade escolar, profissionais de educação, professores, um grande programa de fortalecimento de conselhos escolares, entre outros programas.

Desculpe-me se me alonguei, mas são vários projetos, programas, ações, iniciativas. A gente está aqui e se coloca à disposição para o debate, para voltar aqui para discutir com vocês.

Obrigado pela oportunidade.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – RJ) – Obrigada, Professor Fábio.

Eu queria, na oportunidade, registrar, para que todos tomem conhecimento, que, do MEC, existe o 6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. São redações, artigos científicos e projetos pedagógicos. No Ministério da Saúde, é importante que todos tenham conhecimento de que há uma norma técnica que trata da prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra a mulheres e adolescentes, que deve chegar à ponta, sobretudo, aos quarenta mil postos e às trinta e oito mil equipes do Programa Saúde da Família.

Temos também os aspectos jurídicos do Ministério da Saúde, do atendimento às vitimas de violência sexual, perguntas e respostas para profissionais de saúde. Temos a anticoncepção de emergência, perguntas e respostas para profissionais de saúde e temos também atenção humanizada ao abortamento – há uma norma técnica do Ministério da Saúde. Temos, ainda, atenção integral a mulheres e adolescentes em situação de violência sexual doméstica, da matriz pedagógica para a formação de redes e, por último, um CD que trata do tráfico de pessoas, do que o SUS precisa saber. Esse material pedagógico é fundamental, para que, na ponta, todos que estão acompanhando o processo da CPMI possam ter acesso para que se eleve o nível dos profissionais. Que esse atendimento e atenção, que é a primeira porta da mulher violentada, tenham um acolhimento mais adequado.

Agradeço ao Dr. Helvécio, à Drª Cristina, que já saiu do Ministério da Saúde, Professor Fábio. Agradeço e digo que foi excepcional a informação e a dimensão das propostas apresentadas. Com toda a certeza, aguçaram excepcionalmente a nossa preocupação sobre em que nível estão sendo implementados e controlados esses programas.

Quero agradecer a abertura do Dr. Fábio, de ter esse *feedback,* essa ida e vinda – para respeitar esse um colega de bancada, Deputado Aldo Rebelo, que não gosta de estrangeirismos – do Ministério da Educação com a CPMI e com as demais experiências. Que elas possam se desenvolver ao longo desse processo.

Agradeço a presença de todos. Quero lembrar que, no dia 26 de abril, quinta-feira próxima, haverá uma audiência pública com a Secretária de Políticas para as Mulheres e também com as gestoras do pacto nacional de enfrentamento à violência. No dia 27 de abril, em seguida, na sexta-feira, haverá audiência pública na cidade de Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa.

Agradecendo a todos, declaro encerrada esta reunião da CPMI.

*(Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos)*

Deputada Jô Moraes

Presidente